

Não gerava propina com a Odebrecht

Museu Nacional foi

vítima dos governos

do PSDB, PT e MDB

Terão que responder por crime ao patrimônio do Brasil e da Humanidade

O que fizeram os governos do PSDB, PT e PMDB com o Museu Nacional? Em mais de 20 anos, nem um sistema de prevenção de incêndio foi instalado. Todos os apelos, todos os alertas – inúmeros – foram ignorados. O que faziam esses governos enquanto a situação da mais histórica das nossas instituições científicas, o mais popular museu, fundado em

1818 – ainda antes da Independência – se deteriorava e se tornava cada vez mais perigosa? Roubavam e entregavam o país a parasitas estrangeiros. Recebiam propina pelas privatizações e por acobertar o assalto de um cartel à Petrobrás. No reino da propina, não existe espaço para o Museu Nacional, nem para o conhecimento, muito menos para a afirmação daquilo que é brasileiro. **Pág. 3**



AFP

HORA DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.665 7 a 11 de Setembro de 2018

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Ação popular pede suspensão da fusão entre a Fibria e Suzano

Na segunda-feira (3), foi protocolada na Justiça Federal uma ação popular, assinada pelo ex-prefeito de Nanuque (MG), Teodoro Saraiva, pedindo a suspensão liminar da fusão das empresas do setor de celulose Fibria - controlada pela BNDESPar - e a Suzano. “A fusão ou confusão para criar a apelidada JBS da celulose, virou um escândalo nacional”, afirma a ação. **P. 8**

Cai a produção da indústria em julho. IBGE contou nove anos de regressão

A produção física industrial registrou queda no mês de julho em comparação ao mês anterior: -0,2% na indústria em geral e -0,6% na indústria de transformação. **Página 2**

MP-SP pede cabeça de Alckmin por jabá de R\$ 9,9 milhões da Odebrecht

Marcello Casal Jr - ABR



‘Privatização da Vale deu no desastre em Mariana’, diz João Goulart na EBC

O ex-deputado João Goulart Filho, candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL) afirmou, em entrevista à Empresa Brasileira de Comunicação

(EBC), nesta terça-feira, que vai reestatizar a Vale do Rio Doce. Segundo ele, “com o pretexto de que a gestão privada seria mais eficiente, vendeu-se a maior empresa

de mineração brasileira por um preço ínfimo e o que se viu foi o maior crime ambiental do planeta”, se referindo à tragédia na cidade mineira de Mariana. **Página 3**

O promotor de Justiça Ricardo Manuel Castro, do Ministério Público de SP, ajuizou na quarta-feira ação de improbidade administrativa contra Geraldo Alckmin, candidato a presidente pelo PSDB. O tucano é acusado de receber pelo menos R\$ 7,8 milhões (R\$ 9,9

milhões atualizados) da Odebrecht, via caixa 2, para sua campanha em 2014. A ação pede que Alckmin tenha os direitos políticos suspensos e perca eventual função pública que ocupe, mais o bloqueio dos valores ilícitamente acrescidos a seu patrimônio. **Pág. 3**

Preso sem condenação fica na cadeia e diretor da Dersa sai, decide ministro Gilmar Mendes

O ministro do STF Gilmar Mendes concedeu habeas corpus (HC) ao ex-secretário de Alckmin, Laurence Casagrande Lourenço, preso na Lava

Jato de São Paulo, sob a acusação de desviar R\$ 600 milhões do Rodoanel. Mas negou HC a homem preso há mais de 2 anos sem condenação. **Pág. 4**

Seguranças de Bolsonaro são presos acusados de extorsão

Os irmãos gêmeos Alan e Alex Rodrigues de Oliveira, policiais militares que trabalhavam para o deputado estadual

Flávio Bolsonaro, filho do Jair, foram presos em investigação de quadrilha de policiais especializada em extorsão. **Pág. 3**

NA INTERNET

No portal **HORA DO POVO** você tem acesso a todo o conteúdo do jornal impresso e muito mais. Acesse e confira:

www.horadopovo.org.br

Para ex-chefe do BCE, se avizinha crise pior que 2008



Desde fevereiro alta chega a 45,7% Gasolina sobe novamente e alta atinge 13% em 30 dias

O preço médio da gasolina retirada nas refinarias, para vigorar quarta-feira (5) e na quinta-feira (6), foi fixado em R\$ 2,2069 pela direção da Petrobrás. Em relação ao preço em vigor na terça-feira (4) houve um aumento de 1,68%.

É o maior valor da série histórica, desde que os preços do combustível estão sendo reajustados diariamente e, mesmo sem toda série estatísticas disponíveis, provavelmente o mais alto preço do litro de gasolina em toda a história.

Os preços da gasolina subiram 13,37% nos últimos 30 dias e desde fevereiro/18 dispararam com aumento de 45,7%.

Esses preços são resultado da política que o governo e a direção da empresa impuseram à Petrobrás, atrelando os preços da petroleira nacional aos combustíveis no mercado internacionais, na verdade acima deles, assim como a variação cambial do dólar.

O governo e a diretoria da Petrobrás querem colocar o Brasil de joelhos, pagando o preço da gasolina que o monopólio das petroleiras impõem no mercado internacional, ao mesmo tempo que impedem a empresa de regular o mercado favorecendo o consumidor com preço inferior e estável, com base nos custos de produção da empresa estatal.

Ganham sobre os preços extorsivos, as petroleiras que exportam gasolina e outros derivados de petróleo para o Brasil, especialmente as americanas, e a Shell (Raizen) e da Ipiranga (Grupo Ultra), distribuidoras que disputam e controlam, mais a BR, o mercado dos postos de gasolina.

Produção industrial cai em julho: as ilusões de cada dia



A queda da indústria geral foi de -0,2% e da transformação, -0,6%



Em julho, venda variou 0,3%; Preço dos alimentos também subiu

Consumo de alimentos desacelera, aponta pesquisa da associação de supermercados

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) divulgou na terça-feira (4), em São Paulo, os dados sobre as vendas do setor.

De janeiro a julho as vendas tiveram um modesto aumento de 1,91%, de acordo com o Índice de Vendas da Associação. As vendas de julho, em relação ao mesmo mês do ano passado, tiveram uma variação de apenas 0,30%.

“O resultado real acu-

mulado mostra uma desaceleração no ritmo das vendas do setor”. O desemprego “ainda atinge cerca de 13 milhões de brasileiros economicamente ativos, o que impacta diretamente no poder de compra das pessoas.” foram afirmações que constaram no comunicado do presidente da ABRAS, João Sanzovo Neto.

O valor de uma cesta de produtos mais vendidos, a cesta Abras-

mercado, composta de 35 produtos de largo consumo, no mês de julho foi de R\$ 464,36, ou seja, + 1,55% em relação a junho, cujo valor foi de R\$ 457,27.

As vendas no mesmo período tiveram uma variação 1,12%, indicando que o aumento obtido nas vendas, na comparação com a variação da referida Cesta, ocorreu pelo aumento dos preços e não do volume consumido.

Sem valorização salarial e expansão do consumo - portanto, do mercado interno - será impossível sair dessa situação

A queda na produção física industrial em julho (-0,2% na indústria em geral e -0,6% na indústria de transformação, em relação ao mês anterior), publicada pelo IBGE nesta terça-feira, dia 04/09, deveria repor certas ilusões nos seus devidos termos - ou acabar com elas. Afinal, como dizia aquele personagem de Machado, “antes cair das nuvens, que de um terceiro andar”.

Outra vez, é impossível atribuir tal resultado à greve dos caminhoneiros. Como observou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), o resultado que podia ser consequência da greve (-12,4% na produção da indústria de transformação em maio) já foi mais do que reposto pelos +14,4% da produção de junho (ambas as percentagens são comparações com o mês anterior e referentes à indústria de transformação).

Em julho, aliás, todos os setores da indústria, com uma exceção, tiveram queda na produção:

- Bens de produção: -6,2%;
- Bens de consumo: -1,2%;
- Bens intermediários: +1%.

Dentro da indústria de transformação, as principais quedas foram na fabricação de:

- produtos alimentícios: -1,7%;
- móveis: -1,7%;
- produtos de metal: -1,5%;
- máquinas e materiais elétricos: -1%;
- calçados e artefatos de couro: -5,4%;
- produtos de minerais não-metálicos: -3%;
- equipamentos eletrônicos e ópticos: -7,2%;
- veículos automotores: -4,5%.

É possível fazer ma-labarismos estatísticos para dizer que o quadro não é ruim ou podia ser pior (afinal, tudo pode piorar...).

Mas isso não muda a realidade de que, com as quedas anteriores, o que esses números mostram é uma monstruosa depressão do consumo interno, e, como consequência, uma indústria em agonia.

Como disse o estatístico do IBGE que anunciou o resultado, André Macedo, a produção industrial do país regrediu nove anos: “É uma indústria que permanece operando em um determinado patamar, sem indicar que há uma recuperação. A gente não sai desse patamar maio desde de 2009”.

Sem expandir o consumo - portanto, o mercado interno - é impossível sair dessa situação. O arrocho salarial e o saque aos direitos trabalhistas (incluindo a miserabilidade das aposentadorias) só farão com que a indústria, por falta de compradores para seus produtos, vá, como dizia aquele pensador esportivo, para o vinagre.

CAMINHO

Infelizmente - é dessas ilusões que nós falamos no começo deste artigo - existe quem pretenda que a saída da indústria está no mercado externo. Veja-se, p. ex, um “paper” recentemente publi-

cado pelo IEDI, “Comércio exterior - o caminho para um Brasil mais competitivo”, escrito por um ex-“consultor sênior” do BID e ex-secretário de Comércio Exterior do governo Dilma Rousseff.

O texto é uma coleção de lugares-comuns sobre a “globalização”, a suposta “falta de inserção” do Brasil no mundo, etc., etc., e críticas a uma - também suposta - estreiteza de visão, daqueles que querem um desenvolvimento “para dentro”.

Essa repetição de clichês não teria importância, se o seu autor não fosse, hoje, “diretor de estratégias corporativas” da maior empresa brasileira na fabricação de máquinas e equipamentos elétricos.

O cômico, nesse texto, é que os exemplos citados por ele, que deveríamos seguir (Estados Unidos, Alemanha, Japão, China), são de países que se preocuparam, primeiro, em desenvolver o seu mercado interno. Até mesmo o outro exemplo citado, a Coreia do Sul, deslançou sua industrialização tendo como foco a reconstrução dessa parte da Coreia e o aumento da capacidade de consumo - ou seja, o mercado interno.

Aliás, em relação aos dois desses países que são comparáveis ao Brasil em tamanho e recursos naturais (EUA e China), a base de seu crescimento sempre foi o mercado interno.

Quanto aos EUA, nunca houve dúvidas. Quanto à China, a única dúvida possível seria alguém provar que os 14 trilhões de dólares de seu PIB são consequência de 2 trilhões em exportações e um saldo comercial de 400 bilhões de dólares...

O crescimento chinês sempre teve por base o mercado interno - mais ainda, nos últimos anos.

Sem uma base interna é impossível à indústria crescer (isto é, crescer “sustentadamente”), exposta às tempestades e vicissitudes do mercado externo, sobretudo nos tempos atuais, onde existem os monopólios industriais e financeiros dos países centrais - e onde existem governos, nos EUA e outros países, que fazem a política externa que for mais conveniente para esses monopólios.

Nem com o mais brutal arrocho salarial, nem com a mais total ausência de direitos trabalhistas (é isso o que alguns chamam de “competitividade”), é possível manter posições fora do Brasil, sem que o principal seja, exatamente, o mercado interno.

Aliás, toda a história econômica do Brasil é uma demonstração desta verdade.

Certamente, uma empresa isolada pode se sair bem - e até muito bem - no mercado exterior, durante algum tempo.

Mas isso acaba - e não são as empresas isoladas o assunto do “paper” publicado pelo IEDI, mas o país, ou o conjunto de suas empresas.

Para o conjunto das empresas nacionais, o mercado exterior será uma quimera, se a sua base não for interna.

Porém, para que o mercado interno seja o principal, é preciso aumentar a capacidade de consumo, vale dizer, o valor real dos salários.

C.L

Renúncias fiscais subirão R\$ 23 milhões em 2019

As benesses fiscais irão aumentar R\$ 23 bilhões em 2019, segundo estimativa da Receita Federal, encaminhada ao Congresso Nacional na terça-feira (4). A renúncia tributária faz parte do projeto de lei Orçamentária do próximo ano, e, ao todo, chegará a R\$ 306,4 bilhões no ano, o que representa 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB);

Em 2018, os benefícios fiscais previstos somarão R\$ 283,4 bilhões. Ou seja, haverá um aumento de 8% em 2019 em relação a este ano, uma correção maior que o teto de gastos de 4,39% (inflação), excetuando o gasto com juros.

Comparativamente, o total das isenções fiscais previsto para 2019 é mais de duas vezes maior que o déficit primário previsto de R\$ 139 bilhões.

A perda de arrecadação com as benesses fiscais será equivalente a 21% de toda a arrecadação projetada para

2019, de R\$ 1,4 trilhão.

Ainda segundo a Receita Federal, o valor que o governo deixa de arrecadar com a desoneração da folha de pagamento cairá 35%, para R\$ 9,5 bilhões.

As desonerações tiveram início no final de 2008, no governo Lula, com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), supostamente para incentivar a compra de carros e eletrodomésticos, totalizando R\$ 43,5 bilhões.

No governo Dilma, foi mantida a redução do IPI e diminuída ou até zeradas alíquotas de tributos como PIS/Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas, entre outros, um absurdo montante de R\$ 458 bilhões. O principal pretexto era a manutenção dos empregos. As principais beneficiárias foram empresas multinacionais, que turbinaram seus lucros, aumentaram as remessas de lucros e o desemprego explodiu.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Aqui está a foto do evento em 2017

Jair Bolsonaro esteve no aniversário dos policiais presos por extorsão

A prisão dos irmãos gêmeos Alan e Alex Rodrigues de Oliveira, policiais militares que participavam de agendas da campanha do deputado estadual Flávio Bolsonaro, candidato ao Senado pelo PSL do Rio e filho do presidente Jair Bolsonaro, causou mal-estar no partido. Um dos motes dos Bolsonaro é o suposto enfrentamento dos criminosos.

Os PMs estão entre os 46 suspeitos que tiveram prisão decretada na Operação Quarto Elemento, deflagrada pelo Ministério Público Estadual em 30 de agosto, que investiga uma quadrilha de policiais especializada em extorsões. Nas últimas semanas, eles acompanharam Flávio dando apoio de segurança nos eventos de campanha.

Segundo denúncia do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), a quadrilha extorquia dinheiro de pessoas em situação ilegal. De acordo com o MP, os gêmeos eram sócios em um loteamento irregular na zona oeste e são suspeitos de constituir, integrar, financiar e promover organização criminosa.

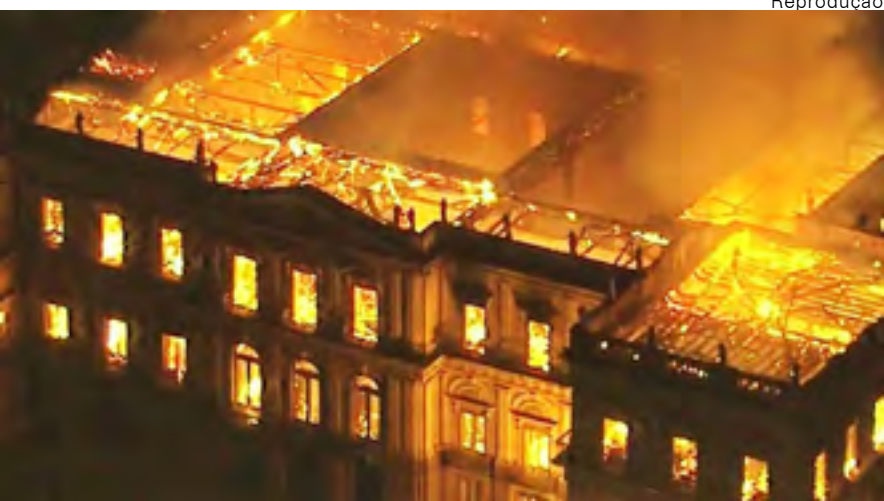
A dupla se aproximou do parlamentar por meio da irmã, Valdenice de Oliveira Meliga, uma das assessoras do filho de Bolsonaro e tesoureira do PSL no Rio. Atualmente, ela ocupa cargo de confiança na liderança do partido e fica lotada no gabinete do deputado estadual. Em junho, recebeu salário de R\$ 6.490.

Na terça-feira (4), Flávio negou, pessoalmente e por nota, que os irmãos integrassem a sua campanha. Já Valdenice afirmou que os dois atuavam como voluntários nas agendas do deputado estadual.

Em foto postada em uma rede social, Flávio e Jair Bolsonaro aparecem na festa de aniversário dos policiais, no bairro de Campo Grande. Datada de 1º de outubro de 2017, a legenda diz: “Parabéns Alan e Alex pelo aniversário. Essa família é nota mil”.

Outros três policiais denunciados na Operação Quarto Elemento foram homenageados por Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio. Os PMs Leonardo Ferreira de Andrade e Carlos Menezes de Lima e o policial civil Bruno Duarte Pinho receberam “Moções de Louvor e Congratulações” por “serviços prestados à sociedade”.

Governos de três partidos arruinaram Museu Nacional



Reprodução

Acervo com mais de 20 milhões de itens foi consumido pelo fogo

MP denuncia Alckmin por improbidade e pede suspensão dos direitos políticos

O promotor de Justiça Ricardo Manuel Castro, do Ministério Público de São Paulo, ajuizou na quarta-feira (5) uma ação de improbidade administrativa contra o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB). Candidato à presidência da República na eleição deste ano, o tucano é acusado de receber pelo menos R\$ 7,8 milhões da Odebrecht, via caixa 2, para sua campanha ao governo em 2014.

A ação pede que Alckmin tenha os direitos políticos suspensos e perca eventual função pública que ocupe, mais o bloqueio dos valores ilicitamente acrescidos a seu patrimônio.

As investigações são originárias das delações da Odebrecht e estavam no Superior Tribunal de

Justiça (STJ), mas foram enviadas ao Ministério Público Eleitoral após o tucano perder o foro privilegiado, em abril, quando renunciou ao cargo de governador para disputar a Presidência. Paralelamente, o Ministério Público abriu procedimento para investigar a ocorrência de improbidade.

Castro afirma na ação que o financiamento ilegal foi confessado por dirigentes da empreiteira. A finalidade seria “manter o bom relacionamento” com o governo, “mantendo benefícios em licitações fraudadas, contratos, privatizações e parcerias público-privadas”.

Segundo o documento, o tesoureiro da campanha em 2014, Marcos Monteiro (ex-secretário de Planejamento), agendou reunião com

executivos da empresa para pedir uma doação sem declaração à Justiça Eleitoral. A promotora aponta que o pagamento foi efetuado em nove parcelas, em dinheiro vivo, de 30 de abril de 2014 a 31 de outubro de 2014. O valor de cada remessa variava de R\$ 300 mil a R\$ 1,5 milhão. A entrega se deu num hotel, na zona sul de São Paulo.

De acordo com as investigações, Monteiro pediu uma doação de R\$ 10 milhões; apenas R\$ 8,3 milhões foram aprovados por Benedicto Júnior, que comandava o setor de propinas da empresa, sendo que R\$ 7,8 milhões (R\$ 9,9 milhões em valores atualizados) foram efetivamente pagos. O ex-governador nega qualquer irregularidade no financiamento.

Insistência de Lula em ser candidato a presidente incomoda PT e seus aliados

A insistência de Lula em manter o discurso de que segue candidato, mesmo tendo o registro barrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com base na Lei da Ficha Limpa, acentuou a irritação entre aqueles que defendem sua substituição imediata pelo vice na chapa, Fernando Haddad.

O incômodo com essa tática abala os nervos de correligionários de Haddad, que junto com governadores e deputados do PT, além de partidos aliados, temem que adiar a substituição da candidatura petista pode inviabilizar seus projetos eleitorais.

Outra ala do partido, capitaneada pela presidente da sigla, Gleisi Hoffmann (PR), discorda da tese de antecipar a substituição e quer manter o discurso de que Lula é candidato até o limite. Aliados do ex-prefeito de São Paulo avaliam que a manobra tem funcionado até agora, mas que o cenário pode mudar após a resolução do TSE.

O PCdoB explicitou

João Goulart Filho: “chega de ajustes fiscais”

João Goulart Filho, candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL), afirmou, em entrevista à Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), na terça-feira (4), que vai reestatizar a Vale do Rio Doce. Segundo ele, “com o pretexto de que a gestão privada seria mais eficiente, vendeu-se a maior empresa de mineração brasileira por um preço ínfimo e o que se viu foi o maior crime ambiental do planeta”.

“Nós temos que fazer a exploração do nosso subsolo de uma forma que traga benefícios para o país e para a população”, disse João Goulart. “Além de provocar esse desastre monstruoso, por causa de ganância dos grupos privados que controlam a Vale, eles não pagam praticamente nada de impostos e royalties muito baixos”, acrescentou o presidente. Na opinião do candidato, as empresas estatais “são estratégi-

cas para o país”. “Vamos interromper todos os processos de privatização em curso”, garantiu o filho do ex-presidente Jango.

Ele citou o exemplo da privatização da Eletrobrás que, apesar da resistência da sociedade, o governo Temer insiste em colocar em prática. “Esta é uma empresa que foi criada no governo João Goulart. Ela teve e tem um papel fundamental no desenvolvimento nacional. Privatizá-la é um crime contra o país”, observou o representante do PPL. “Eles estão oferecendo a Eletrobrás, ou seja, dez usinas hidrelétricas e mais as linhas de transmissão, por 8 bilhões de reais. Este é o preço de construção de uma usina”, alertou João Goulart.

“Mais grave do que entregar nossas usinas para empresas privadas é o Estado perder o controle sobre as águas doces do país. Nação nenhuma no mundo entrega

seus advogados entrarem com recursos no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a derrubada da decisão do TSE. Até agora o PT sofreu derrotas em cinco recursos no TSE por insistir em veicular Lula na propaganda eleitoral no rádio e na TV

Mesmo que a candidatura de Lula deixe de existir no dia 11 de setembro, como determinou a Justiça Eleitoral, aliados de Haddad – e o próprio ex-prefeito – temem que o tempo seja escasso para fazer seu nome, pouco conhecido nacionalmente, angariar o apoio que hoje está na órbita de Lula. O partido terá cerca de dez programas na TV para trabalhar a transferência de votos.

Lula está preso em Curitiba desde 7 de abril, condenado em duas instâncias da Justiça pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso triplex do Guarujá (SP), em um dos processos a que responde na Operação Lava Jato.

sua soberania como este governo está fazendo”, disse o candidato. Ele falou também da importância da Petrobrás para a exploração de nossa plataforma marítima. “Não há porque abrir mão de nossa tecnologia, desenvolvida pela nossa estatal. Mais do que isso, não há porque entregar nosso petróleo de mão beijada para empresas estrangeiras”, prosseguiu João Goulart.

Durante a entrevista, o presidente do PPL debateu também propostas para tirar o país da crise. Ele defendeu a mudança na política econômica. “Chega de ajustes fiscais”, disse ele. “Esses ajustes só estão piorando a situação do Brasil”, prosseguiu. Ele defendeu que a saída para a crise se dá pela distribuição da renda. “O Brasil tem”, segundo ele, “uma violenta desigualdade social”.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

PSDB, PT e MDB terão que responder pelo crime contra o patrimônio nacional e da Humanidade

Não por acaso – mas porque sabe a culpa que tem no cartório – Fernando Henrique reapareceu para dizer, sobre o Museu Nacional, que “há quase 20 anos mandei duas vezes verba para concertar (sic) o telhado: chovia nas múmias. A primeira se perdeu. Descaso de todos e burocracia de sempre”. O erro no verbo “consertar”, que Fernando Henrique escreveu como se algum concerto estivesse acontecendo no telhado do Museu Nacional, tem o significado de revelar que nem ele acha que fez alguma coisa pelo Museu.

Tanto assim que, segundo sua própria confissão, quando presidente, sua grande ação, em prol do mais importante museu do país, foi a de enviar dinheiro para tapar buracos de seu telhado porque “chovia nas múmias”.

É óbvio que o descaso não foi “de todos”. Nisso, Fernando Henrique não se diferencia dos trogloditas e rufiões do governo Temer, que querem jogar a culpa sobre a UFRJ, sobre os aposentados ou sobre a mãe do Maxakalissauro – o dinossauro mineiro que foi destruído no incêndio.

Fernando Henrique é, apenas, mais sutil e mais velhaco. Pois o descaso não foi “de todos” – para, entre outras coisas, cuidar do patrimônio científico e histórico do país é que existem os governos.

O Museu Nacional, quanto a isso, é mais que um símbolo: é aquela parte da realidade que reproduz toda ela.

O que fizeram os governos Fernando Henrique, Lula, Dilma e Temer com o Museu Nacional?

A dificuldade de responder a essa pergunta é a própria tipificação do crime.

Podíamos dizer que esses governos abandonaram o Museu. Nenhum deles, **em mais de 20 anos**, instalou nem ao menos um sistema de prevenção de incêndios – algo absolutamente básico em qualquer museu. No máximo, taparam alguns buracos no telhado.

Podíamos dizer que eles, durante 23 anos, ignoraram sucessivos apelos, sucessivos alertas de que se estava à beira da catástrofe.

Mas nem se disséssemos que eles estrangularam a mais antiga instituição científica do país, ainda assim não conseguiríamos uma síntese adequada.

Resta, então, saber o que esses governos estavam fazendo.

Sucintamente, estavam roubando e entregando o país à sanha do rentismo, sobretudo estrangeiro.

Dissemos, na edição anterior, que o incêndio do Museu Nacional iluminava as consciências do Brasil – as dos brasileiros – para o “ajuste” neoliberal.

Por que sempre aparecem alguns elementos dizendo que estamos precisando de um “ajuste”? Por que o “ajuste” jamais acaba? Por que sempre é preciso, segundo eles, outro “ajuste”?

Porque essa é a forma de tirar dinheiro do povo e drená-lo para o rentismo, para os parasitas que se locupletam com juros.

No mundo ideal desses patifes, nenhum dinheiro sobraria para nada, todo ele seria para encher os cofres dos rentistas – bancos, fundos estrangeiros e alguns vadios que não trabalham.

Essa foi a essência da ganga neoliberal dos governos do PSDB, PT e PMDB.

Naturalmente, o neoliberalismo é o reino da propina. Daí, a podridão em que hoje se desfaz a oligarquia política, com partidos que se tornaram

organizações criminosas, isto é, quadrilhas.

Os esquemas revelados pela Operação Lava Jato – o roubo desavergonhado, sem escrúpulos, contra a Petrobrás e os fundos de pensão das estatais – são um aspecto dessa estrebaria de Áugias.

Tiveram como antecessores as propinas das privatizações no governo Fernando Henrique. As mesmas que o PT, ao ganhar as eleições em 2002, apressou-se a garantir que não investigaria, votando uma lei, ainda antes da posse de Lula, para conceder “foro privilegiado” a ex-governantes.

Essa lei era completamente inconstitucional, até porque, ainda na década de 60, o grande ministro Vitor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal (STF), estabeleceu a doutrina: o foro privilegiado é prerrogativa da função e não da pessoa. Ninguém pode, depois de deixar a função, conservar o privilégio.

Por isso, a lei da impunidade, aprovada pelo PT e PSDB, foi derrubada pelo STF. Mas nem por isso o governo Lula ou o PT resolveram investigar as negociações da privatização da Vale ou a das teles.

Quando aquilo que é nacional, aquilo que é do povo, aquilo que é estatal, é visto como um pretexto para enriquecer com sua entrega, tudo é apenas um motivo de propina.

Economistas que eram apenas professores em uma universidade particular, de repente, se tornaram banqueiros – e proliferaram os bancos de segundo andar. O episódio do Marka, do sr. Salvatore Cacciola, é pequeno, diante do escândalo geral, mas é revelador.

[A propósito, Cacciola, um produto da corrupção tucana, depois de várias passagens na cadeia, foi indultado por um decreto de Dilma Rousseff, em dezembro de 2011. Nesse tema, corrupção, o PT e o PSDB, há muito, são umbilicais.]

Depois disso veio a rouba-lheira petista – isto é, do PT, e, sob o seu guarda-chuva, também a do PMDB, PP e outras quadrilhas.

É tentador dizer que ninguém tinha tempo para cuidar do Museu Nacional, pois toda essa corja estava ocupada em roubar.

Mas não foi, evidentemente, uma questão de tempo.

Qual a importância do Museu Nacional para quem está vendendo a mãe, digo, a Nação?

Assim, diz Fernando Henrique, “o Museu Nacional pegou fogo. Parte da memória antropológica sumiu. Ruth tinha mais ligações com os professores de lá que eu”.

E isso é tudo o que ele tem a dizer.

Quanto a Lula e Dilma, estão calados – graças aos céus. Mas não estão calados à toa.

Temer... bem, esse diz que vai falar com alguns banqueiros, para resolver a situação. Provavelmente, vai mandar o Padilha fabricar umas múmias, novinhas em folha, para substituir as antigas.

O Museu Nacional tinha uma biblioteca de 537 mil volumes – do ano de 1481 até hoje. Tinha 550 mil amostras de plantas, 26.160 fósseis, 130 mil itens antropológicos, 15.672 itens geológicos e 6 milhões e 500 mil itens zoológicos.

Reunia 200 anos de pesquisas.

Mas isso nada significa para quem acha que a vida deve ser um topa tudo por dinheiro, que não se detém, nem ao menos, diante do crime contra o país e seu povo.

Esses são os incendiários do Museu Nacional.

A eles, o julgamento do povo.

CARLOS LOPES

Temer recebeu R\$ 1,4 milhão de propina da Odebrecht, diz a PF

A Polícia Federal afirmou, em relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), na quarta-feira (5), que Michel Temer recebeu vantagem indevida da Odebrecht. O inquérito, concluído, investiga um acerto de R\$ 10 milhões entre o presidente e seu núcleo duro com a empresa.

No documento, o delegado Thiago Delabary aponta, ainda, suspeitas de que Temer cometeu os crimes de corrupção passiva e lavagem.

O caso se refere a um jantar ocorrido em 2014, no Palácio do Jaburu, onde fora acordado re-

passo ilícito de R\$ 10 milhões ao PMDB. O encontro teve a presença do atual ministro Eliseu Padilha (Casa Civil), Marcelo Odebrecht, o então executivo Cláudio Melo Filho e o próprio Temer, à época vice-presidente. Sobre esse assunto, o presidente já admitiu que houve o jantar, mas nega que tenham falado de valores.

A investigação aponta que Michel Temer recebeu R\$ 1,4 milhão. O valor teria sido solicitado pelo ministro Moreira Franco à Odebrecht.

Ler mais em www.horadopovo.org.br

Marina Silva: ‘dinheiro do fundo eleitoral foi para PT, PSDB, MDB e DEM, todos contra a Lava Jato’

Em encontro com artistas, no Rio de Janeiro, a candidata a presidente pela Rede, Marina Silva, afirmou que a reforma política aprovada no Congresso Nacional no ano passado “foi feita para que o povo não possa mudar” seus representantes, tornando as eleições antidemocráticas.

Em 2017 foi aprovado pelos partidos que chegaram e se mantiveram no poder através da corrupção, um Fundo Eleitoral que apenas facilita sua perpetuação. Segundo a “reforma”, os partidos deverão receber os recursos de acordo com a quantidade de deputados federais que possuem. Do R\$ 1,7 bilhão que foi distribuído entre os 35 partidos existentes, R\$ 632,4 milhões, ou 37,15%, ficaram com PMDB, PT e PSDB, partidos envolvidos com a Lava Jato.

Segundo Marina, a reforma “foi feita dando dinheiro do fundo eleitoral para

os grandes partidos da polarização: PT, PSDB, MDB e DEM. Ela foi feita dando tempo de televisão para os grandes partidos. Não por acaso, todos eles contrários aos trabalhos da Lava Jato”, disse.

Assim como os recursos financeiros, o tempo de campanha na televisão e nas rádios também foi monopolizado pelos grandes partidos. “Não falo isso para me fazer de vítima. Vítima é a nossa democracia”, afirmou.

Em se tratando de coligação, a que tem mais recursos é a do PSDB com o “Centrao”, que lança Alckmin à Presidência e conta com R\$ 828,1 milhões, ou 48% dos recursos. Em segundo lugar está a coligação PT, PCdoB e PROS, com R\$ 269,9 milhões; seguido pelo candidato de Temer (coligação PMDB e PHS), Henrique Meirelles, com R\$ 249 milhões. Nesta lista, Marina fica em sexta, com R\$ 35 milhões.

UFRJ rebate mentiras do governo sobre verba para Museu Nacional

Eliseu Padilha, ministro de Temer, disse que dinheiro para a universidade aumentou e que reitoria não fez repasse para o Museu. “Falaciosa e absurda”, diz nota

Nesta terça-feira (4), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) rebateu os dados divulgados pelo governo federal, após o incêndio do Museu Nacional no domingo (2), de que houve incremento de 48,9% nos repasses à instituição entre 2012 e 2017. Segundo a reitoria, a informação é “falaciosa” e “extremamente absurda”. E informou que o orçamento da universidade encolheu 10,6% entre 2014 e 2018: saiu de R\$ 434 milhões para R\$ 388 milhões.

No mesmo período, os recursos destinados pela instituição ao Museu Nacional caíram 35%, dos parcos R\$ 531 mil para míseros R\$ 346 mil, conforme dados passados pelo museu.

O ministro-chefe da Casa Civil de Temer, Eliseu Padilha, afirmou que houve aumento de 48,9% na verba destinada à universidade entre 2012 e 2017. De acordo com ele “do total [de R\$ 3 bilhões empenhados para a UFRJ em 2017], apenas R\$ 373 mil foram destinados ao Museu Nacional”, com redução de 43,1% no repasse feito da universidade ao museu.

DESMENTIDO

A UFRJ desmentiu as informações concedidas pelos ministros Padilha, Rossieli Silva (Educação), Sérgio Sá Leitão (Cultura), na terça-feira. Eles reiteraram a responsabilidade da instituição pela administração do Museu Nacional, já que a instituição é vinculada à universidade, e desprezaram as críticas diretas feitas pelo reitor, Roberto Leher, e o diretor do museu, Alex Kellner, na segunda-feira.

“A Universidade sofreu significativa redução orçamentária nos últimos quatro anos. É falaciosa e extremamente absurda qualquer versão que insinue aumento de recursos, quando são visíveis os cortes na ciência e na educação, denunciados pela comunidade científica. O orçamento da UFRJ desde 2014 foi distribuído da seguinte forma: 2014, R\$ 434 milhões; 2015, R\$ 457 milhões; 2016, R\$ 461 milhões; 2017, R\$ 421 milhões; 2018, R\$ 388 milhões”, salientou a UFRJ estimando que até o fim deste ano haja um déficit de R\$ 160 milhões.

Os valores divulgados pela reitoria da universidade se referem às despesas com custeio – que inclui manutenção geral e obras de infraestrutura – e investimentos – que abrange compra de equipamentos e construção de novos prédios.

A UFRJ rebateu a informação do ministro afirmando ainda que a verba usada para pagamento de pessoal, mais de R\$ 1 bilhão, não faz parte do repasse definido pela LOA. “A folha de pagamento da UFRJ inclui servidores ativos e até servidores aposentados e inativos de outras décadas. Essa folha, que ultrapassa R\$ 1 bilhão, é gerida diretamente pelo Tesouro Nacional e não há sentido em incluí-la nas avaliações sobre gestão anual do dia a dia da UFRJ, por parte da

sua administração central”.

A nota diz ainda que “a UFRJ alicerça sua preocupação com a difusão de informações imprecisas e incorretas sobre a questão orçamentária da universidade, que estão retirando do foco central o Museu Nacional, a perda de acervo e o significado disso para a nação brasileira”.

O museu divulgou que os repasses foram de R\$ 531 mil em 2013; R\$ 427 mil em 2014; R\$ 257 mil em 2015; R\$ 415 mil em 2016; R\$ 346 mil em 2017. De janeiro a abril deste ano, foram liberados apenas R\$ 54 mil.

O descaso do governo federal pelo crime cometido ao Museu Nacional é profundo. O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, chegou a classificar o episódio como uma “fatalidade”. Disse que agora que a tragédia aconteceu, “tem muita viúva chorando”, e defendeu que os museus busquem formas de gerar receita própria. “Temos que buscar formas de receita que não sejam somente o aporte de recursos da União”, completou.

O que ficou claro com essas declarações é que não há identidade alguma com a cultura popular, a história do nosso povo, da humanidade que era preservada no acervo do Museu Nacional. Para Marun, Padilha, Temer, Dilma e etc... Desperder recursos com a memória e com a produção científica é um estorvo. O que para o povo é motivo de orgulho essa corja sente desprezo, são incapazes de enxergar sua importância.

A educação, cultura, ciência e história são públicos, pertencem há todo o povo. Por que então a sua manutenção, conservação, ampliação deve estar entregue ao setor privado? O desinvestimento promovido pelo PT e PMDB nos últimos anos reflete esse desprezo e essa vontade de entregar ao setor privado tudo que nos pertence.

RESPOSTA

Na contramão do governo e na defesa do Museu Nacional a direção da instituição agradeceu ao apoio recebido do povo. “gostaríamos de agradecer imensamente à população do Rio de Janeiro e às pessoas de todo o mundo que, de forma tão carinhosa, estão enviando centenas de milhares de mensagens e manifestações de apoio ao Museu Nacional. Todo esse carinho só vem comprovar, mais uma vez, o lugar de destaque ocupado por nossa instituição junto à sociedade”.

O museu agradeceu ainda à UFRJ, através do reitor Roberto Leher por “de forma incansável, não tem medido esforços na busca de caminhos, soluções e financiamento para a instituição” e a direção do museu, seus professores, pesquisadores e funcionários que “não têm medido , e não medirão, esforços para manter a instituição viva, atuante e funcionando como um dos mais importantes centros de ciência do mundo”.

MAÍRA CAMPOS



Reprodução

Prédio do Museu Nacional foi destruído por um incêndio no domingo

Gilmar Mendes manda soltar ex-secretário de Alckmin envolvido em roubo do Rodoanel

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, mandou soltar nesta terça-feira (4), o ex-secretário de Logística e Transporte do governo Geraldo Alckmin, Laurence Casagrande Lourenço, ex-diretor-presidente da Desenvolvimento Rodoviário S/A (Dersa) e da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), cargo que ocupava até ser preso na Operação “Pedra no Caminho”, desdobramento da Lava Jato em São Paulo.

Laurence Casagrande foi detido em 21 de junho, por ordem da juíza federal Maria Isabel do Prado, da 5ª Vara Criminal Federal de São Paulo e é acusado por desviar cerca de R\$ 600 milhões das obras do Trecho Norte do Rodoanel. Ele tinha autoridade no cartel de empresas que pagava propinas para aumento o preço das obras, através de aditivos para remover rochas supostamente inesperadas no caminho do Rodoanel.

Na semana passada, em entrevista ao Jornal Nacional, o candidato do PSDB à Presidência Geraldo Alckmin mostrou a sua intimidade e sua proximidade com Laurence Casagrande, enfatizando que o mesmo é uma pessoa correta e séria.

Ao acatar o pedido de habeas corpus, Gilmar Mendes substituiu a prisão preventiva de Laurence, por algumas medidas cautelares, como a proibição de acesso a prédios e dependências da Dersa e a outros



Segundo Alckmin, Laurence é pessoa “séria”

prédios do governo do Estado de São Paulo que possam ter relação com os fatos apurados na ação penal. Ele também proibiu Laurence Casagrande de manter contato com outros investigados e deixar o país, tendo que entregar seu passaporte em até 48 horas.

As denúncias de desvios nas obras do Rodoanel são antigas, as suspeitas existem há mais de 10 anos, porém, o ministro Gilmar Mendes menospreza tal fato, sempre dando um jeito de livrar os envolvidos da cadeia.

Sob a batuta de Gilmar Mendes, o bloco anti-Lava-Jato na Segunda Turma do STF, composto ainda por Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, já liberou diversos criminosos.

Dentre os bandidos que foram tirados da prisão sob a atuação dos três ministros da segunda turma estão: José Dirceu (PT), condenado a 30 anos e nove meses de prisão por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa; Jorge Picciani (PMDB),

acusado de receber propina da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor) entre 2010 e 2017, num esquema envolvendo deputados estaduais, empresários e intermediários; O Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto, operador da propina do PSDB, tendo desviado pelo menos R\$ 7,7 milhões da DERSA, denunciado por formação de quadrilha, inserção de dados falsos em sistema público e peculato também foi solto; Sérgio Côrtes, secretário da Saúde de Sérgio Cabral (PMDB), membro da turma do guardanapo que abalou Paris, fazia negociações até com próteses – culpado de um desvio de R\$ 300 milhões para a quadrilha de Cabral; Além de Orlando Diniz ex-presidente da Fecomércio, os doleiros Oswaldo Prado Sanches e Antônio Claudio Albernaz Cordeiro.

TRF-2 confirma condenação de Anthony Garotinho

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) aumentou nesta terça (4), a pena do ex-governador do Rio de Janeiro e atual candidato Anthony Garotinho (PRP). Garotinho e o ex-chefe de Polícia Civil Alvaro Lins foram condenados no processo que investigou esquema de corrupção envolvendo delegados acusados de receber propina para facilitar a exploração de jogos de azar no estado, em 2008.

No julgamento, o Corte também aumentou a pena do ex-chefe da Polícia Civil Alvaro Lins. Para 28 anos, dois meses e 27 dias, por formação de quadrilha, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Outros oito réus também foram condenados. Com a condenação em segunda instância, o ex-governador pode ser declarado inelegível, conforme a Lei da Ficha Limpa. O Ministério

A condenação foi mantida por 3 votos a 0, e aumentada para quatro anos e seis meses em regime semi-aberto, onde o preso deve dormir na cadeia.

No julgamento, a Corte também aumentou a pena do ex-chefe da Polícia Civil Alvaro Lins. Para 28 anos, dois meses e 27 dias, por formação de quadrilha, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Outros oito réus também foram condenados.

Com a condenação em segunda instância, o ex-governador pode ser declarado inelegível, conforme a Lei da Ficha Limpa. O Ministério

Público Eleitoral informou que vai entrar com o pedido de impugnação da candidatura de Garotinho.

Em nota, Anthony Garotinho disse se considerar vítima de um “conjunto de ações” e de um sistema podre que foi denunciado por ele, para inviabilizar sua candidatura. “Não me surpreendo (com a decisão). Faz parte dos conjuntos de ações para inviabilizar a única candidatura que atacou o sistema do (ex-governador) Sergio Cabral e companhia. Não vou desistir em hipótese alguma da candidatura”, disse ele,

Pimentel quer privatizar a Segurança de Minas Gerais

O candidato à reeleição ao Governo de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), declarou que pretende privatizar a segurança do estado caso seja reeleito. Segundo ele, o plano é criar parcerias público-privadas no estado para “fortalecer a segurança”.

Em entrevista ao canal EPTV1, afiliada da Rede Globo no estado, ao ser questionado sobre a proposta da criação de PPPs (Parceria Público Privada) o petista disse não estar falando do policiamento, mas sim dos equipamentos que devem ser utilizados pelos órgãos de segurança. Para monitoramento de divisas, principalmente na fronteira entre Minas Gerais e São Paulo.

“Isso aí pode ser feito através de uma parceria público-privada, uma PPP. Eu estou falando não do policiamento, eu estou falando do equipamento que tem que ser colocado. Na verdade, hoje, nós temos muita tecnologia disponível. Nós temos drones, temos aque-

les portais eletrônicos em que o veículo passa e não precisa parar, porque o portal faz a leitura interna do veículo, como é nos aeroportos. Isso tudo pode ser usado”, explicou.

Porém, o que sabemos de fato, é que as PPPs recebem verbas públicas visando o lucro, e na maioria das vezes não se importam realmente com o problema. Exemplo disso são os presídios privatizados espalhados pelo Brasil, onde os defensores das PPPs afirmam que as unidades prisionais administradas por empresas privadas apresentam melhores condições de funcionamento, porém a verdade é que em sua grande maioria não demonstraram nenhum benefício ou solução mágica, como era orquestrado pelas empresas. Muito pelo contrário, como aconteceu nas cadeias de Manaus no início de 2017, onde 56 pessoas foram executadas em rebelião no Complexo Prisional Anísio Jobim (COMPAJ).

A TEIA DA ARANHA DOURADA

Rodrigo Leste

No episódio 3, os senadores Paçoca e Cheiroso conversaram sobre o êxito da “operação silêncio”, que conseguiu ocultar completamente o caso da apreensão do helicóptero. O engenheiro Pasqualle hesita em autorizar que a cena em que participou seja exibida.



Eli Gomes

Episódio 4

Cansado do estresse das grandes cidades, o professor e cientista político, Spencer, espécie de mestre e conselheiro de Alfredo, transferiu-se, sozinho, para uma pequena cidade encravada na Serra da Mantiqueira. Os dois se conheceram no colégio, aluno e professor e, desde então, tornaram-se amigos.

Spencer liga para Alfredo pelo “skype”.

— Alô — atende Alfredo. — Professor! Tudo bem?

— Tranquilo como um esquilo, não fosse isso e aquilo — o professor usa um de seus jargões para iniciar a conversa. — De papo pro ar como um tamanduá.

Alfredo sorri. Depois dos cumprimentos e amenidades, a conversa envereda para o roteiro e a produção do filme.

— Li tudo, Alfredo. Tem passagens em que o texto fica confuso. As vozes — quem está falando, quem faz o quê — não fazem sentido. Problemas de normatização na redação do roteiro para que a leitura flua melhor.

— Escrevo mal, Spencer, tenho consciência disso, mas, pelo menos, tento pôr as minhas ideias no papel.

— Comecei pelo detalhe, Alfredo. No geral me agradou. A cena inicial do helicóptero é uma pancada. Impactante. O tema é muito bom, vasto, e você pode caminhar em muitas direções.

— Ai é que tá o perigo. Fazer um troço “macarrônico”, como você costuma dizer. Pôr ingredientes demais e acabar perdendo o fio da meada.

— É isso mesmo. Você tem que manter o foco. O cerne da trama é a história recente da corrupção no país, né? — pergunta Spencer e já vai emendando. — Se for, tem que tomar muito cuidado. A corrupção passou a ser o bode expiatório pra tudo.

— Concorro, professor. A palavra “corrupção” caiu no lugar comum, todo mundo usa e já não quer dizer nada.

— Banalizou, perdeu o sentido. A corrupção veio pro Brasil, junto com Cabral. As elites sempre exerceram essa prática. Agora, tem uma falha que percebi no roteiro, não mostrar que o MDB é a quadrilha mais bem sucedida a operar no País. Há décadas, desde o golpe de 64, comanda a roubalheira, sempre nas sombras, atuando nos bastidores.

— É, mestre, tudo de podre que é feito aqui tem o dedo desse partido. Mas tem o PSDB, também.

— Raposas, raposas...

— Tucanos, você quer dizer, né, Spencer?

— Alfredo, a máquina funciona direitinho, foi consagrado um modelo de gestão que é conveniente e incentiva toda rapinagem. São hienas da savana que, não só trituraram os ossos, mas ainda lambem o tutano.

— O monstro tem muitos braços, Spencer. As mineradoras, as empreiteiras, os bancos, a grande mídia, o agronegócio... Ah, o crime organizado...

— Mas, acima de tudo, meu amigo, temos de lembrar que os padrões do Norte vão sempre dar as cartas. O golpe foi urdido no Departamento de Estado, com certeza. Golpe branco, né? Sem uso da força das armas, mas através do judiciário e do congresso. E não me venham falar de teoria da conspiração, hein?

— É isso aí, o Tio Sam não brinca em serviço — fala Alfredo rindo. — O difícil é o filme conseguir abranger todos esses assuntos.

— Não dá pra tratar de tudo, é óbvio. Tem que focar em alguns eventos, como o do helicóptero e dar o recado. Nos meus muitos anos de vida não me lembro de um quadro tão sinistro como o de agora. Aliás, meu amigo, quando tudo tá desmoronando, as portas estão todas fechadas, diz a sabedoria popular que chegou a hora de abrir um boteco. Ou de falar de futebol... A propósito, e o seu Galo, como anda? — indaga o professor, já dando sinais de cansaço.

Fim do Episódio 4

Endividamento das famílias cresce pelo 2º mês consecutivo

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) o endividamento atingiu 60,7% das famílias em agosto. Este é o segundo mês consecutivo que a pesquisa da CNC aponta o crescimento do percentual de famílias com algum tipo de dívida, como cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal e etc.

O percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso, isto é, que estão inadimplentes, também apresentou aumento em agosto na comparação com o mês anterior, de 23,7% para 23,8% do total. Também houve um aumento no percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas de 9,4% para 9,8%, no mesmo período analisado.

A pesquisa mostrou que o cartão de crédito segue como o maior vilão do endividamento familiar. 76,8% dos entrevistados disseram ter débitos com o cartão de crédito. O segundo colocado são os carnês, atingindo 14,2%, e o terceiro é o financiamento de carro, para 10,4% dos entrevistados.

Os dados da pesquisa são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com cerca de 18 mil consumidores.

Mercedes-Benz é multada por contratos irregulares

A Mercedes-Benz foi multada em R\$1.152.688,53 por contratar e manter empregados irregularmente, em suas unidade em Juiz de Fora, em Minas Gerais. A sentença foi proferida pela 3ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora, que também condenou a multinacional a pagar indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 1 milhão.

A unidade da Mercedes-Benz foi multada por assinar cerca de 450 contratos de trabalho por tempo determinado fora dos parâmetros legais e manter mais de quatro empregados temporários desempenhando atividades não transitórias. A montadora foi condenada em uma ação civil pública (ACP) proposta pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). "Não há dúvida de que a prática adotada pela ré teve como único intuito sonegar direitos aos trabalhadores envolvidos, já que, como sabido, nas contratações por prazo determinado, as verbas rescisórias devidas são inferiores àquelas relativas aos contratos sem determinação de prazo", destacou a instituição.

A multa é referente a dois inquéritos civis abertos a partir de denúncias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Juiz de Fora e Região, feitas em 2008

Sindicato dos Metalúrgicos da CUT no Espírito Santo aceita rebaixamento salarial

“Isso é coisa de pelego do mais baixo nível”, denuncia Sindicato da Construção Civil

As empresas Vale e Arcelor Mittal estão forçando um rebaixamento salarial para os operários do setor de montagem industrial, e vem contando para isso com uma absurda dobradinha junto ao Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo, filiado à Central Única dos Trabalhadores (Cut).

“Rebaixar salários de trabalhadores é uma atitude impensável para ser assumida por um sindicato sério. Isso é coisa de pelego do mais baixo nível”, protesta o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo, que está vendo sua base ser invadida - e prejudicada - em troca de alguns caraminguás, pois a entidade metalúrgica passará a receber pelos novos filiados.

Na prática, a dualidade de representação é a imposição na prática da tão sonhada proposta cutista de quebrar a unicidade sindical, que significa a garantia de que o trabalhador conta com um único sindicato por categoria profissional na mesma base territorial. Ao contrário, com a dualidade, as empresas escolhem a entidade mais débil para "negociar".

Um dos grandes embates da campanha salarial da montagem industrial, - que compreende os setores dos serviços de instalação de equipamentos e

estruturas metálicas, tubulações e dutos, sistemas de geração, transformação e distribuição de energia elétrica e sistemas de automação - está sendo a ameaça do Sinduscon (sindicato patronal) de impor um piso salarial de pouco mais de R\$ 1.300. O fato é que as campanhas da construção têm garantido, ano após ano, salários decentes, com pisos para a montagem que chegam a ultrapassar o patamar dos R\$ 5.000.

“Ocorre que a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do Sindimetal/ES nunca conseguiu garantir salários equivalentes para trabalhadores em montagem industrial que o sindicato representa. O maior piso salarial da CCT dos metalúrgicos para cargos na montagem é de R\$ 1.610,96. De olho na chance de diminuir os salários de seus empregados, empresas estão mudando suas razões sociais para impor prejuízos e para isso, estão contando com a vergonhosa colaboração do Sindimetal/ES”, denuncia o Sintraconst.

De acordo com a entidade dos operários da construção, “ao se prestar a um papel desses em benefício dos patrões, o Sindimetal, que tem história na luta trabalhista, que é fundador da CUT, joga toda sua história no lixo”.

Fórum Sindical apresenta propostas a presidenciáveis



Documento foi aprovado em encontro realizado no dia 30, em Brasília



“Professores estão na ponta da lista da ameaça”, diz pres. do sindicato

Terceirização da atividade-fim assombra instituições públicas de saúde e educação

Depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir pela constitucionalidade da terceirização irrestrita, no último dia 30, respaldando o projeto de Temer para rebaixamento dos salários presente na reforma trabalhista, o fantasma da terceirização assombra as instituições de saúde, educação e cultura.

É o que alerta, por exemplo, o presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo (Sindsep), Sérgio Antikeira: “Os professores estão na ponta da lista da ameaça, porque já tem o interesse de empresas de entrar nos municípios, trazendo apostilas, então há o interesse em substituir os professores”, diz o sindicalista.

Agora, com aval do judiciário, as empresas, hospitais públicos e privados, escolas, universidades, etc., estão liberadas para terceirizar, inclusive na atividade-fim, conforme sua vontade. Contudo, segundo estudos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), os terceirizados ganham em média 25% menos, sofrem acidentes 80% mais e trabalham 12 horas a mais por mês.

“Num cenário de redução dos gastos públicos, por conta dos limites orçamentários da Emenda Constitucional (EC) 95, a gente avalia que os estados vão usar esse instrumento de poder ampliar a terceirização do serviço público

para reduzir os seus custos. Como as condições dadas aos trabalhadores pioram, influencia no atendimento também”, explica Adriana Marcolino, socióloga e técnica do DIEESE.

Especialistas alertam ainda que a terceirização pode acabar com os concursos públicos e a substituição pelos terceirizados vai inviabilizar a aposentadoria dos atuais servidores. “A Previdência do servidor o governo trata como um problema do servidor, não de gestão da prefeitura (e demais instâncias do poder público). Você reduz a contribuição, já que não tem mais o trabalhador direito, que contribui para a Previdência”, diz Sérgio.

Com os recursos judiciais esgotados, a única forma que se pode combater a terceirização e demais reformas que atacam o direito do povo é com uma nova bancada no Congresso Nacional que tenha compromisso efetivo com os trabalhadores, como afirma Sérgio Antikeira: “Nós temos que discutir quem são os candidatos que propõem a reversão da reforma trabalhista e a lei de terceirização”.

Além disso, sem o vínculo direto com a empresa para qual presta serviços, a mão de obra dos terceirizados é duas vezes mais rotativa em comparação com as contratações diretas, ou seja, com menor proteção social, os empregos não possuem estabilidade deixando o trabalhador na incerteza de poder ter com o que

sustentar suas famílias no próximo mês.

A terceirização serve apenas para fazer com que os poucos direitos trabalhistas que ainda restaram pós-reforma não sejam pagos pelos empregadores, não produzindo melhora alguma, nem para os trabalhadores, nem para as empresas, nem para o serviço público, como propagam seus defensores.

Como disse a ministra Rosa Weber, em seu voto contrário a proposta de Temer: “na atual tendência observada pela economia brasileira, a liberalização da terceirização em atividades-fim, longe de interferir na curva de emprego, tenderá a nivelar por baixo nosso mercado de trabalho, expandindo a condição de precariedade hoje presente nos 26,4% de postos de trabalho terceirizados para a totalidade dos empregos formais.”.

Ao fim e ao cabo, após a reforma trabalhista, as empresas estão permitindo, como o caso da Latam Airlines Brasil, por exemplo, que nos primeiros dias desse mês demitiu 1.300 funcionários diretos para contratar terceirizados.

Outro caso recente de terceirização, esse mais grave, foi o acidente ocorrido na Replan de Paulínia onde, na primeira vez que uma empresa terceirizada fez a manutenção dos equipamentos, logo depois ocorreu uma explosão. Felizmente nenhum trabalhador se feriu.

Documento destaca, entre outras coisas, a retomada do crescimento e a geração de emprego e renda, a revogação da reforma trabalhista e reformulação da lei da terceirização

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) aprovou um documento contendo reivindicações dos trabalhadores e do funcionalismo público, no final do mês passado (30), para ser entregue aos candidatos presidenciais e demais postulantes aos cargos do Senado e da Câmara dos Deputados. O documento foi aprovado pelo FST durante encontro nacional, em Brasília, denominado “Dialogar para retomar o Trabalho e o Emprego”.

O documento aprovado destaca, entre outros pontos, a imediata necessidade de criação de frentes de trabalho para a retomada do crescimento e a geração de emprego e renda; a revogação da reforma trabalhista aprovada no governo Temer; reformulação da lei da terceirização; a defesa das aposentadorias; a supressão da PEC de controle de gastos - EC 95/2016; o aumento dos investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e segurança pública; e o fortalecimento da Previdência Social e do sistema sindical confederativo.

O vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) e Secretário de Finanças do FST, João Rodrigues Filho, afirmou que as propostas apresentadas pelo Fórum têm como foco principal promover a retomada do emprego no país. “A população brasileira está sem perspectiva de vida com falta de trabalho para 27,6 milhões de pessoas. A reforma trabalhista e a terceirização revelaram-se sinônimo de precarização e desemprego. Os políticos precisam ouvir a classe trabalhadora e o movimento sindical, por isso acredito que as propostas que apresentamos serão benéficas ao país”, afirmou.

O evento, realizado em Brasília, contou com a participação de dezenas de lideranças e dirigentes de confederações, federações e sindicatos e o texto ainda será finalizado, pois cada confederação filiada vai inserir as reivindicações específicas de cada setor.

“Os trabalhadores vivem um momento de grandes prejuízos que podem ser observados pela falta de investimento público e privado, e consequente dificuldade na prestação de serviços à sociedade, com aumento do desemprego, redução de renda, aumento da pobreza e, por fim, o fechamento de empresas” destacou o secretário-geral da CNTS, Valdirlei Castagna, que propõe a inclusão no texto de medidas que resguardecem o SUS, no que se refere ao financiamento adequado e permanente, e a qualidade da assistência aos usuários do sistema.

Para o Fórum, as políticas implementadas pelo governo Temer, como a Emenda Constitucional 95/2016 que estabelece teto de gastos da União; a privatização de empresas públicas; a reforma trabalhista e terceirização, entre outras, foram promovidas sem debate aprofundado com os atores interessados. No entendimento da FST, o debate apenas foi realizado com os defensores da retomada da economia pelo aspecto fiscal, políticas que geraram um efeito antissocial.

“A mudança desse quadro deve ser restabelecida pelo diálogo democrático para construção do crescimento econômico e social, com trabalho e empregos com garantia de direitos, investimentos sociais, políticas de proteção e promoção social e de igualdade para os trabalhadores, urbanos e rurais, do setor público e privado” frisou Valdirlei Castagna.

Marcaram presença no evento representantes da indústria, turismo e hospitalidade, bancários, construção civil e mobiliário, servidores públicos, professores e educadores em geral, profissionais da saúde, metalúrgicos, indústria da alimentação e trabalhadores em transportes terrestres

“A mudança desse quadro deve ser restabelecida pelo diálogo democrático para construção do crescimento econômico e social, com trabalho e empregos com garantia de direitos, investimentos sociais, políticas de proteção e promoção social e de igualdade para os trabalhadores, urbanos e rurais, do setor público e privado” frisou Valdirlei Castagna.

Participaram do resgate o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Instituto Chico Mendes de Conservação para a Biodiversidade (ICMBio), a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Militar.

será finalizado, pois cada confederação filiada vai inserir as reivindicações específicas de cada setor.

“Os trabalhadores vivem um momento de grandes prejuízos que podem ser observados pela falta de investimento público e privado, e consequente dificuldade na prestação de serviços à sociedade, com aumento do desemprego, redução de renda, aumento da pobreza e, por fim, o fechamento de empresas” destacou o secretário-geral da CNTS, Valdirlei Castagna, que propõe a inclusão no texto de medidas que resguardecem o SUS, no que se refere ao financiamento adequado e permanente, e a qualidade da assistência aos usuários do sistema.

Para o Fórum, as políticas implementadas pelo governo Temer, como a Emenda Constitucional 95/2016 que estabelece teto de gastos da União; a privatização de empresas públicas; a reforma trabalhista e terceirização, entre outras, foram promovidas sem debate aprofundado com os atores interessados. No entendimento da FST, o debate apenas foi realizado com os defensores da retomada da economia pelo aspecto fiscal, políticas que geraram um efeito antissocial.

“A mudança desse quadro deve ser restabelecida pelo diálogo democrático para construção do crescimento econômico e social, com trabalho e empregos com garantia de direitos, investimentos sociais, políticas de proteção e promoção social e de igualdade para os trabalhadores, urbanos e rurais, do setor público e privado” frisou Valdirlei Castagna.

Marcaram presença no evento representantes da indústria, turismo e hospitalidade, bancários, construção civil e mobiliário, servidores públicos, professores e educadores em geral, profissionais da saúde, metalúrgicos, indústria da alimentação e trabalhadores em transportes terrestres

Trabalhadores são resgatados de trabalho escravo em garimpo

Trinta e Oito garimpeiros foram resgatados de trabalho escravo em uma mina de extração de ouro no Garimpo Coatá, localizada dentro da Floresta Nacional do Amana, no município de Itaituba (PA).

Os trabalhadores tinham uma “dívida” com o dono da mina por serem obrigados a comprar dele produtos básicos para sua sobrevivência. O acesso ao rádio, internet e aos meios de falar com a família eram tarifados.

Um esquema de exploração sexual era mantido, onde namoros eram proibidos, e as únicas relações sexuais permitidas eram as intermediadas pelo pagamento de programas. Os garimpeiros não recebiam seus salários e só sabiam o tamanho de suas dívidas quando tentavam deixar o local.

Participaram do resgate o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Instituto Chico Mendes de Conservação para a Biodiversidade (ICMBio), a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Militar.



Banheiro usado pelos garimpeiros

O MPT entrará com as medidas para os pagamentos das dívidas salariais e rescisórias, as quais os trabalhadores têm direito e que estão num total de R\$ 366 mil de verbas salariais e rescisórias devidas aos resgatados, cabendo ainda indenização por danos morais.

A operação foi o maior resgate recente de trabalhadores em extração de minérios e metais preciosos realizado pelos Grupos Móveis de Erradicação do Trabalho Escravo. O ICMBio também multou a empresa no valor de R\$ 4,8 milhões por danos ambientais. O órgão interdito os equipamentos e embargou 224 hectares que ficavam dentro da Floresta Nacional.

Economia macrista. A tormenta perfeita(II)

AXEL KICILLOF

Em texto especial, para o suplemento Cash [do jornal Página 12], o ex-ministro de Economia do governo de Cristina Kirchner, Axel Kicillof explica que a atual instabilidade financeira é o resultado inexorável do programa econômico que vem sendo aplicado desde a primeira semana do governo de Macri. Segue a segunda parte da matéria.

A partir de dezembro de 2017, tudo foi de mal a pior. A agenda de “reformas” estava retida. A atividade econômica começava a ressentir-se novamente, já sem o peso das medidas eleitorais.

MARATONA CAMBIAL

O ministro de Finanças viajou então a Nova Iorque para conseguir o financiamento necessário para o ano –30 bilhões de dólares– e lá ficou sabendo que o crédito para a Argentina estava esgotado, antes do previsto. Em seus primeiros anos de governo tinha contraído uma dívida recorde por quase 100 bilhões de dólares e tinha duplicado a dívida em moeda estrangeira. A metade tinha sido drenada já como fuga de capitais. Ao mesmo tempo, o déficit comercial havia atingido em 2017 o recorde de 8,5 bilhões de dólares. Sob as regras impostas por Macri a necessidade de divisas é irrefreável.

Finalmente, em abril, desencadeou-se a corrida cambial. Nos dois meses seguintes o dólar passou de 20 a 28 pesos. Diante da pressão cambial o governo pode reagir de três maneiras: pode convalidar a desvalorização, pode subir a taxa de juros ou pode sacrificar reservas para sustentar o tipo de câmbio. Todas as alternativas têm custos elevados. A imperícia do governo foi tal que fez as três coisas de uma vez: perdeu quase 20 bilhões de dólares, subiu a taxa a 47% e permitiu uma imensa desvalorização.

Sem fontes privadas de financiamento e depois da forte perda de reservas, em 8 de maio, Macri anunciou o maior acordo da história com o FMI, por 50 bilhões de dólares. Esse acordo implicava um duríssimo ajuste fiscal para 2019, próximo aos 300 bilhões de pesos. Durante os primeiros dias, Macri tentou fazer com que os que lucravam com o modelo neoliberal contribuíssem com o ajuste. Passou o chapéu. Mas recebeu a negativa de seus sócios (complexo agroexportador, financistas e petroleiras). Então, nestes últimos dias, o governo tentou instalar, com pouco sucesso, que o ajuste seja realizado pelas Províncias, Municípios, trabalhadores, aposentados e os setores mais relegados. Provavelmente, a corrida que se desatou com maior violência estes últimos dias tenha como um de seus fatores explicativos o fato de que as vítimas que Macri novamente escolheu não estão dispostas a aceitar tão docilmente tal destino. A solução não é ajustar e se endividar para desindustrializar e muito menos fugir. A solução é abandonar o desastroso programa neoliberal.

Polícia prende líderes estudantis que se opõem ao governo Ortega

Seis líderes do movimento estudantil que, de forma organizada e pacífica, realiza protestos contra o governo de Daniel Ortega foram presos pela polícia em Manágua, na terça-feira, 4, informou Valeska Valle, diretora da Coalizão Universitária.

Valle declarou à rádio Corporación que o grupo de jovens foi preso por policiais quando se dirigia a uma reunião na capital. Todos foram levados à prisão policial de El Chipote.

Informou que os presos, Edwin Carcache, Grecia Ramírez, Judith Mairena, Ariana Moraga, Iskra Malespín e Alejandro Centeno, pertencem a organizações estudantis e ao movimento de oposição, Aliança Cívica, e são conhecidos por sua constante participação em manifestações.

Nesse mesmo momento, Ortega, em entrevista com a Agência Efe, elogiava a atuação do exército durante as manifestações da oposição, dizendo que não havia nenhuma repressão e que eram os manifestantes que estavam armados nas ruas.

Desmascarando essas declarações, foi amplamente noticiado que pelo menos uma pessoa foi ferida no domingo, 2, por causa de tiros disparados durante uma manifestação contra a política do governo em Manágua.

O caso aconteceu

quando o protesto, que reunia milhares de pessoas, foi atacado por homens armados e encapuzados que atiraram de dentro de uma van, conforme o relato de testemunhas. O ferido é um médico que participava do ato.

Os manifestantes já tinham sido assestados por uma caravana aparentemente oficial e pela Polícia, que tentou conter a rota, na região sudeste de Manágua.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) condenou ainda as agressões e insultos contra o bispo nicaraguense Rolando Álvarez por simpatizantes do governo e pediu o fim dos discursos de estigmatização e falsas acusações que promovem a violência.

Os protestos contra o governo começaram em abril. Num primeiro momento, os manifestantes queriam barrar a reforma previdenciária proposta pelo presidente. No entanto, o movimento cresceu e passou a pedir a renúncia de Ortega, após a forte repressão da polícia. 481 pessoas foram assassinadas durante os protestos, segundo o último informe da Associação Nicaraguense Pro Direitos Humanos (ANPDH). O governo, porém, só confirma 198 e, em declarações inaceitáveis, diz que todas as perdas humanas são de responsabilidade dos manifestantes.

Odebrecht comprova US\$ 3 milhões de propina entregue a Ollanta Humala



Humala e Lula sob o olhar de Barata, agente da Odebrecht no Peru

Venezuela: o colapso da moeda imaginária

“A princípios deste ano, Nicolás Maduro, lançou plano para resgatar a economia e oferecer uma alternativa ao cada vez mais inútil bolívar e escapar das sanções dos Estados Unidos sobre as transações financeiras: a criptomoeda petro. No entanto, a criptomoeda de Maduro, supostamente respaldada pelas reservas de petróleo da Venezuela, é uma promessa oca”, escreve o articulista independente, Nick Cunningham, para o portal Oilprice.com, em matéria da qual seguimos com os principais trechos.

“Bem, o bolívar não tem valor; e Maduro queria começar de novo. Maduro pensou que o petro ajudaria a evitar o dano das sanções dos Estados Unidos, mas a criptomoeda, como era de se esperar não conseguiu levantar voo.

“A suposição é de que o petro está respaldado por 5 bilhões de barris de petróleo localizados em Atapirire, um pequeno povoado em uma remota savana da Venezuela. As reservas desta região são a peça chave do petro

e como tais estariam destinadas a subscrever o plano do regime para a recuperação econômica.

“Mas a região, segundo informes recentes, não apenas carece de produção de petróleo, mas não se vê nenhum esforço visível para o seu desenvolvimento na área. Mas, o que é pior, o tal povoamento, além de tudo, sofre com apagões, fome, pobreza e infraestrutura decrépita, situação cada vez mais comum no país em geral.

“Apesar de Maduro, em cifra suspeita ter dito que o petro já se traduziu em US\$ 3,3 bilhões em fundos para o governo, um ministro de seu gabinete declarou em entrevista ao correspondente local da Reuters, Brian Ellsworth, que ‘ninguém está autorizado a utilizar o petro, nem se recebeu recursos daí’, e que a tecnologia para a moeda digital ainda está em desenvolvimento. Enfim, há pouca ou nenhuma evidência que respalde a afirmação de Maduro de que a atividade comercial do petro esteja prosperando.

“E ainda, nada respalda

também a afirmação de Maduro de que o bolívar soberano – a moeda que resulta do corte de 5 zeros do bolívar já esfarelado – está vinculado ao petro: “Não há forma de vincular os pregos ou taxas de câmbio com uma moeda que não se comercializa, precisamente porque não há forma de saber para que se vende realmente”, declarou o especialista venezuelano em informática e consultor de criptomoedas, Alejandro Machado, que tem seguido de perto o petro.

“Seria de rir; se a crise econômica na Venezuela não fosse tão grave e a opressão e a má gestão de Maduro não impusessem um custo humano tão enorme.

“Enquanto isso, a produção de petróleo da Venezuela continua erodindo-se a um ritmo acelerado. A produção caiu a somente 1,278 milhões de barris por dia (bpd) em julho, uma baixa de aproximadamente 50.000 bpd com relação ao mês anterior e uma queda de 500.000 bpd desde o quarto trimestre de 2017”.

Paraguai: mais de 70% das terras nas mãos de 1% dos proprietários

O Paraguai é o país com maior desigualdade de terras no mundo, com mais de 70% das suas áreas produtivas nas mãos de somente 1% dos grandes proprietários, confirma o estudo “Notas de Políticas 2018”, recentemente divulgado pelo Banco Mundial. Embora tenha por objetivo propagandear o “modelo de desenvolvimento rural” do agronegócio, encobrendo os impactos da concentração fundiária na queda do emprego e da renda, não pode deixar de reconhecer que tem sido responsável pela devastação ambiental, transformando “drasticamente as paisagens naturais e o modelo de desenvolvimento rural”.

Pairando olímpicamente sobre as razões da agricultura paraguaia apresentar uma “realidade dual”, o Banco Mundial propaganda os êxitos do agronegócio, que conta com todo apoio de programas dos sucessivos governos neoliberais. O documento deixa claro que, com o andar da carruagem, só resta aos médios, pequenos e micros empresários rurais sucumbir. “Dois modelos distintos coexistem: o comercial em grande escala: intensivo em capital e tecnologia, orientado à exportação, altamente eficiente e especializado em soja e carne de gado e o da agricultura familiar: diversificado, intensivo em mão de obra, de baixa tecnologia, dirigido principalmente ao autoconsumo, com produtividade baixa e decrescente”, aponta.

Comforme o relatório, o agrícola é o setor econômico

“mais vibrante” do Paraguai, contribuindo para 20% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016, gerando dois terços das exportações totais e empregando 40% do total da força de trabalho. A tendência do PIB agrícola tem aumentado em termos absolutos, assim como em porcentagem do PIB total nas últimas três décadas. O crescimento do setor foi impulsionado por produtos básicos – de baixo valor agregado – orientados à exportação, fundamentalmente soja (em grãos) e carne bovina (congelada), o que provocou uma brutal transformação das terras naturais, contaminadas pelo uso e abuso de intensivos agrícolas jogados sobre as plantações ou reduzidas a pasto para engorda.

Assim, desde o ano 2000, a área de terra de cultivo de soja triplicou na região oriental do país, chegando a ocupar 3 milhões de hectares, cerca de 68% do total da área cultivada. Durante o mesmo período, o rebanho de gado se multiplicou por seis na região do Chaco, com aproximadamente 3,7 milhões de hectares de terras convertidos em pastagens, aponta o relatório.

Obviamente que não estaria visível em um documento do Banco Mundial a luta dos trabalhadores rurais sem terra pela reforma agrária, por linhas de crédito, captação de água, iluminação ou escolas rurais, nem contra a injusta prisão política dos camponeses de Curuguaty. Mas os técnicos da instituição são forçados a reconhecer que o modelo agrícola

atual tem multiplicado injustiças e que, “nos últimos anos, um número crescente de agricultores enfrentou grandes dificuldades para refinanciar seu crédito e a reestruturação da dívida tem se convertido em algo habitual”.

E visível que enquanto os pequenos penam para sobreviver, o grande setor agrícola comercial vem tendo um crescimento assombroso, se beneficiando de investimentos públicos massivos, em particular na infraestrutura de transporte ao longo dos corredores de soja e carne. Ao mesmo tempo, é risível a “contribuição” destes mesmos empresários em termos de orçamento público, devido ao tratamento preferencial que recebem, seja via o microscópico imposto de renda, sobre o valor agregado ou as minúsculas tributações aduaneiras. São “empreendedores” intensivos em capital, voltados à exportação, que se concentram, principalmente, em produtos básicos, gerando um número bastante restrito de postos de trabalho.

Completamente à míngua, a agricultura familiar retrocede. Exemplo disso é o algodão, tradicional cultivo comercial das famílias, que teve sua produção reduzida em mais de 90% na última década. Assim, como párias em sua própria terra, centenas de milhares de pessoas são obrigadas a abandonar o campo para vender sua força de trabalho a preço vil, compondo o cinturão de fome e miséria das periferias urbanas. Assunção que o diga.

Solidariedade: evento na Unila pede a libertação do líder paraguaio Villalba

Estudantes e professores da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu, presentes na última sexta-feira ao lançamento do livro “Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade”, de Leonardo Wexell Severo, defenderam a imediata libertação do senador Blas Riquelme, dos grandes beneficiados pela ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989).

Apesar de, após seis anos de cárcere, todos os demais camponeses terem sido libertados, Villalba – que havia sido condenado a 35 anos - foi mantido

na carnificina de 15 de junho de 2012. Na oportunidade, seis policiais e 11 trabalhadores rurais morreram em um acampamento em Curuguaty, após um ‘confronto’ provocado pela ação de franco-atiradores, treinados por militares estadunidenses. O local era alvo de uma disputa entre o Estado e a família do senador Blas Riquelme, dos grandes beneficiados pela ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989).

Apesar de, após seis anos de cárcere, todos os demais camponeses terem sido libertados, Villalba – que havia sido condenado a 35 anos - foi mantido

US\$ 3 milhões de propina entregue a Ollanta Humala

Marcelo Odebrecht apresentou à Promotoria do Brasil CD documentando contribuições ilegais feitas pela construtora à campanha do ex-presidente peruano, atendendo a pedido de Lula

Marcelo Odebrecht entregou nesta semana à Promotoria do Brasil um CD com documentos que comprovam que o ex-presidente do Peru, Ollanta Humala, recebeu em 2011 pelo menos US\$ 3 milhões em recursos ilícitos para cobrir gastos de sua campanha eleitoral a pedido do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os desembolsos têm como nome chave “Campanha NAC 3 – da Obra Ítalo-Italiano Eleição Peru”. Conforme apurado pela operação Lava Jato, “italiano” era o codinome utilizado pelo ex-ministro da Fazenda de Lula, Antonio Palocci, para encobrir as falcatruas.

Detido em junho de 2015, Odebrecht foi condenado inicialmente a mais de 19 anos de prisão, enquanto Palocci foi detido em setembro de 2016, acusado de intermediar o pagamento de propinas e subornos em troca de contratos. O Ministério Público apurou que Palocci mantinha uma conta corrente junto à construtora por meio da qual recebia os valores que posteriormente seriam repassados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Suficientemente pormenorizadas, as armações constam na Planilha “Caixa Livre Peru-Dólar”, fatiadas em diferentes transações bancárias - tornadas públicas já devidamente descontado o dinheiro de apoio aos petistas.

ITALIANO

“Palocci, daqui do Brasil, me pediu, me fez um pedido para que apoiássemos, que nós lhes dessemos US\$ 3 milhões para apoiar a campanha do senhor Ollanta Humala no Peru... Esse montante que eu enviaria a Ollanta Humala seria descontado de um montante que eu havia fixado com eles para apoiar o PT, em geral. O pedido foi justificado nessa época por uma questão geopolítica, quer dizer, uma aproximação ideológica entre o presidente Lula e o presidente [sic] Ollanta Humala”, declarou Marcelo Odebrecht.

Preso em setembro de 2016 num desdobramento da Operação Lava Jato - e condenado por Moro a 12 anos e 2 meses de prisão – Palocci disse não saber a razão de ter sido escolhida a alcinha de “Italiano” para nomeá-lo, mas que acreditava ser o sujeito da planilha. “Acredito que sim, porque boa parte do que é tratado nessa planilha são assuntos que tratei com ele”, relatou Palocci, confessando, entre outros crimes, a compra pela Odebrecht do apartamento vizinho ao de Lula, em São Bernardo do Campo, e do terreno onde seria sediado o Instituto Lula.

Conforme o portal de investigação IDL-Reporteros, o CD contem correios eletrônicos, anotações encontradas no backup do computador pessoal do empresário e registros do “Departamento de Operações Estruturadas” - o setor de propina da construtora - nas quais aparecem os pagamentos e transferências bancárias. A Odebrecht foi uma das principais envolvidas no esquema de

corrupção na Petrobrás investigado pela Lava Jato, sendo apontada como a rainha da distribuição de propina: mais de US\$ 1 bilhão em 12 países. Além do Brasil, o propinoduto da construtora molhou a mão e encheu o bolso de presidentes, ministros e autoridades de Angola, Argentina, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Moçambique, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela. Muitos deles encontram-se presos.

PROPINODUTO

Entre as provas contra Humala aparecem quatro pagamentos num total de US\$ 1,16 milhão mais quatro ordens de pagamento de um montante total de US\$ 1.202.893, entre julho e outubro de 2011 e uma ordem de pagamento de US\$ 700 mil, de 9 de maio de 2011, a uma pessoa chamada “Sururu”, além de um correio eletrônico datada de 8 de maio de 2011 dirigido a Marcelo Odebrecht por Benedito da Silva Júnior, ex-executivo da empresa. Posteriormente, o correio é respondido por Odebrecht, com cópia enviada a Luiz Mameri, então vice-presidente da construtora para a América Latina.

As provas entregues pelo empresário - condenado inicialmente a 19 anos e quatro meses de prisão e já em liberdade - são parte do acordo de cooperação firmado entre os promotores brasileiros e peruanos, reativado em agosto. Nos acordos de delação premiada assinados por Marcelo Odebrecht com o Ministério Público brasileiro, qualquer informação falsa fará com que volte à prisão.

Em entrevista à rádio RPP de Lima, a ex-promotora Katherine Ampuero avaliou que “a situação de Humala está piorando” com as novas provas apresentadas, pois nitidamente “são subornos adiantados” para a concessão de obras.

Ao lado da esposa Nadine Heredia, Ollanta Humala é investigado pelos aportes recebidos pelo Partido Nacionalista Peruano para sua campanha presidencial de 2006 e 2011. Os dois chegaram a ficar nove meses presos, acusados de lavagem de dinheiro.

As declarações de Marcelo Odebrecht estão completamente em sintonia com as dadas pelo ex-diretor da construtora no Peru, Jorge Barata, ao procurador peruano Hamilton Castro. Barata confirmou em seu testemunho que a empresa aportou os US\$ 3 milhões para financiar a campanha de Humala em 2011 e reiterou aos promotores peruanos que entregou o montante ao ex-mandatário por ordem do seu chefe. A exigência, assinalou, foi do Partido dos Trabalhadores, sob a batuta de Lula. Finalmente, Barata explicou que se a princípio era ele mesmo quem comunicava a Nadine Heredia sobre a quantia de dinheiro que devia ser entregue, posteriormente era a própria esposa de Humala quem o pressionava pelos recursos.

LWS

Trump ordena suspensão de todo o apoio dos EUA a refugiados palestinos

Os palestinos condenam a resolução de Trump de cortar toda contribuição norte-americana à Agência das Nações Unidas para Apoio e Serviços aos Refugiados Palestinos (UNRWA, sigla em inglês). Segundo o comissário-geral da UNRWA, Pierre Krähenbühl, o corte (de um terço do orçamento de US\$ 1 bilhão/ano, ou 360 milhões de dólares) significa que escolas, hospitais, remédios, cestas básicas, apoio a obtenção de água e outras atenções básicas a 5,3 milhões de refugiados espalhados pela Faixa de Gaza, Cisjordânia e na diáspora da Síria, Líbano e Jordânia está sob risco.

A UNRWA foi criada em 1949, pouco mais de um ano da fundação do Estado de Israel, cujos líderes apoiados na resolução da ONU que partilhava a Palestina entre árabes e judeus ali residentes, provocaram – com assassinatos terroristas – um êxodo de 800 mil palestinos para obtenção de maioria judaica, uma limpeza étnica seguida da usurpação de terras milenar-

mente pertencentes a famílias palestinas.

A UNRWA foi criada em paralelo à Resolução 194 que exigia a permissão de retorno dos palestinos a seus lares e terras a partir da declaração de armistício entre o recém-criado Estado de Israel e os países árabes, que solidários aos palestinos desterrados, negavam-se a aceitar a partilha.

Israel desacatou a resolução da ONU e adotou medidas contrárias: permaneceu fechada aos palestinos que expulsara e aberta a judeus do mundo inteiro que passavam a ter cidadania assim que manifestassem o desejo de “retornar” a Israel, enquanto que aos verdadeiros nativos tal retorno era vedado. A atitude dos EUA (que, como disse a direção da OLP, se associa à ocupação israelense dos territórios palestinos) é injusta pois cessa apoio a refugiados necessitados enquanto despacha mais de 3 bilhões em armas e logística militar ao regime israelense de apartheid.

Morticínio de civis no Iêmen faz Espanha cancelar venda de bombas à Arábia Saudita

Diante do recente massacre de crianças do Iêmen pela Arábia Saudita, o governo da Espanha anunciou, segunda-feira, o cancelamento de um contrato de venda de mais de 400 bombas de precisão laser à monarquia, que vêm sendo utilizadas para bombardear hospitais, mercados e escolas.

A suspensão do contrato – assinado com o príncipe herdeiro e ministro da Defesa da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman - ocorre logo após o bombardeio em que morreram 51 estudantes, entre eles 40 crianças, numa agressão que já matou, desde 2015, mais de 14.000 iemenitas e colocou milhões à beira da fome. O massacre de inocentes tem sido uma prática da monarquia árabe e seus aliados para reinstalar o sanguinário governo aliado de Riad.

O Ministério de Defesa espanhol informou que, conforme o acordo de abastecimento de armamentos firmado entre ambos os países, não estava prevista a sua utilização em agressões contra o Iêmen e comunicou, com antecedência, a imediata devolução de 9,2 milhões de euros. A partir desta suspensão provisória, o país passa a ser a quarta nação a deixar de entregar armas, munições, aviões e bombas aos sauditas, aproximando a Espanha da finalização absoluta do seu subministrio, como já fazem Alemanha, Bélgica, Canadá, Finlândia, Noruega e Suécia.

“Há evidências extensas de que fluxos irresponsáveis de armas para a coalizão liderada pela Arábia Saudita resultaram em enormes danos aos civis iemenitas. Mas isso não impediu que os EUA, o Reino Unido e outros estados, incluindo França, Espanha e Itália, continuassem transferindo bilhões de dólares em tais armas. Além de vidas civis devastadoras, isso ridiculariza o ‘Tratado de Comércio de Armas global’, declarou a Anistia Internacional.

Desde que a Arábia Saudita iniciou a operação militar no Iêmen, suas compras de munição espanhola praticamente triplicaram, passando de 34,7 milhões de euros em 2016 para 90,1 milhões de euros no ano passado.

Liberação de conversas entre Clinton e Yeltsin confirmam ingerência e indignam russos

Estão causando furor na Rússia as transcrições, liberadas pela Biblioteca Presidencial Clinton no mês passado, das conversas entre o então presidente Bill e o bebum no poder em Moscou, Boris Yeltsin. Todo mundo ficou sabendo como Yeltsin pediu ao amigo Bill US\$ 2,5 bilhões para a campanha eleitoral, além de apoio junto ao FMI. “Bill, para minha campanha eleitoral, preciso urgentemente de um empréstimo de US \$ 2,5 bilhões para a Rússia”. Yeltsin advertiu Clinton que se os comunistas vencessem, iam tomar de volta “a Crimeia” – e outras citações inescrutáveis.

São 600 páginas de transcrição, datadas entre janeiro de 1993 e 1999. Eram os bons tempos em que a ingerência nas eleições alheias era tida como a coisa mais normal do mundo – ao contrário do que dizem hoje -, tudo em prol de levar a democracia aos russos e privatizar tudo. Clinton mandou os dólares e os assessores, a eleição foi devidamente roubada e Yeltsin continuou a afundar o grande país e a tornar seu povo miserável, enquanto 200 famílias mafiosas enriqueciam.

As transcrições também mostram como Yeltsin se rebaixa, implorando a Clinton que a Otan não se estenda até as fronteiras russas. “O que você quer alcançar com isso se a Rússia for sua parceira? Eles [o povo russo] perguntam. Eu pergunto também: por que você quer fazer isso?”, choraminga Yeltsin a Clinton. “Eu não posso fazer o compromisso específico que você está

pedindo”, diz Clinton, acrescentando que isso violaria “todo o espírito da Otan”. Como consolo, diz ao bebum que ele, Clinton, sempre tentou “construir você e nunca miná-lo”.

Diante do bombardeio da Iugoslávia, Yeltsin diz a Clinton de “como foi difícil para mim tentar virar a cabeça de nosso povo, as cabeças dos políticos, em direção ao Ocidente, em direção aos Estados Unidos, mas consegui fazer, e agora tudo vai ser perdido”. Ele insta a Clinton - que trocara a continuação do mandato pelos bombardeios - a renunciar aos ataques, “em nome do nosso relacionamento” e da “paz na Europa”.

Ao que Clinton retruca que será escolhida de Yeltsin “se você decidir deixar este predador [Milosevic] destruir a relação que nós trabalhamos duro durante seis anos e meio para construir”. E acrescenta sentir que Milosevic fosse sérvio, “eu gostaria que fosse irlandês ou algo assim, mas não é”.

Há também o momento em que Yeltsin comunica a Clinton que Putin será o novo dirigente da Rússia, que “é um democrata e conhece o Ocidente”, acrescentando que “é um homem sólido” e “um parceiro altamente qualificado”. Conforme a polêmica cresce, até o ex-vice-presidente, Alexander Rutskoi, reapareceu para contar como Yeltsin, durante a tentativa de agosto de 1991, que fracassou, de deter o golpe de Gorbachev contra o socialismo, vivia embriagado e querendo se refugiar na embaixada americana. A.P.

“Não mexam com os terroristas de Idlib”, exigem ‘Mad Dog’ e Trump



Trump e Mattis, os dois novos apóstolos do ‘terrorismo com face humanista’

Ex-chefe do BCE diz que situação das finanças no mundo é ‘mais perigosa’ do que em 2008

A situação financeira mundial de hoje está “tão perigosa ou até mais” que em setembro de 2008, quando da quebra do banco norte-americano Lehman Brothers, afirmou na segunda-feira Jean-Claude Trichet, ex-presidente do Banco Central Europeu (BCE).

“É agora reconhecido que a enorme dívida nas economias avançadas tem sido um fator chave no desencadeamento da crise financeira mundial de 2007 e 2008”, declarou Trichet à agência France Presse.

Hoje, “o crescimento da dívida dos países desenvolvidos - em particular privada - abrandou, mas este abrandamento é compensado por uma

aceleração da dívida nos mercados emergentes. E isto que torna atualmente todo o sistema financeiro global, pelo menos, tão vulnerável, se não mais, do que em 2008”, afirmou o chefe do BCE no período de 2003 a 2011.

“O verdadeiro início da crise financeira que iria estalar sobre o mundo, percebi em 9 de agosto de 2007 pela manhã quando fomos confrontados com uma interrupção completa do funcionamento do mercado monetário na área do euro” recordou Trichet.

Vários sinais já tinham sugerido uma fragilidade do mercado hipotecário nos EUA, no verão de 2007 estes sinais acelera-

ram e as primeiras falências ocorreram nos Estados Unidos. No final de julho daquele ano, já os mercados estavam abalados e a Europa contagiada, continuou.

Em 15 de setembro de 2008, o Lehman Brothers declarou falência, desencadeando a pior crise das finanças globais desde a Grande Depressão.

Nos dias que precederam o anúncio, Trichet diz ter mantido contato permanente com Ben Bernanke (na época presidente do Fed), e recorda que naquela altura sentiu que o governo norte-americano não estava preparado para intervir com dinheiro público e então “preparou-se para a catástrofe”.

Macri aumenta imposto sobre exportação do agronegócio

O presidente argentino Mauricio Macri decidiu aumentar os impostos sobre exportações do agronegócio. Até mesmo o neoliberal Macri recua de manter o privilégio da subtaxação do setor que exporta praticamente tudo o que produz e não gera alimentos para os argentinos.

Enquanto isso, aqui, as exportações do agronegócio estão livres de impostos, e ainda há candidatos a presidente que defendem a manutenção desse espúrio privilégio.

As medidas de Macri incluem elevar taxas a exportações primárias – entre as quais, soja, milho e trigo, os

três principais cultivos – em quatro pesos (quase 0,10 centavos de dólar) por cada dólar exportado. Com esse imposto – incluído também tributo a exportação de serviços - ele espera arrecadar 60 bilhões de pesos extras (1,5 bilhão de dólares) até dezembro e 280 bilhões de pesos (uns 7,2 bilhões de dólares) em 2019, equivalente a 1% do PIB.

Está ainda na memória dos argentinos a tensão política que enfrentou a ex-presidente Cristina Kirchner em 2009, quando os cabeças do agronegócio rechaçaram um aumento

de impostos às exportações - para que seu governo pudesse investir na produção de alimentos e industrialização - com barricadas que paralisaram o comércio de grãos e a movimentação de vários setores da economia.

Raúl Padilla, porta-voz da multi americana Bunge Limited, dos maiores produtores de oleaginosas do mundo, condenou a medida: “As mudanças impositivas do governo Macri não foram felizes. Compartilhamos a visão, o rumo que tem tomado este governo, mas isso não quer dizer que estejamos de acordo com todas as medidas que se tomam”.

Governo iraquiano atira contra manifestantes, mata seis e fere dezenas na cidade de Basra

Ao menos seis pessoas morreram e dezenas ficaram feridas durante os massivos protestos que saíram de uma província de Basra, no Sul do Iraque, onde estão localizados alguns dos mais lucrativos poços de petróleo do mundo. Os manifestantes exigem do governo fantoche que aplique recursos emergenciais dos milionários fundos da indústria petroleira para os serviços básicos e condenam o desemprego e a corrupção institucionalizada após a invasão pelos Estados Unidos.

Depois da derrubada do presidente Saddam Hussein, assassinado em 9 de abril de 2003, os majestosos campos de petróleo iraquianos foram entregues ao cartel transnacional e a economia, parasitada pelo capital estrangeiro, virou ruínas.

“Os cidadãos saíram às ruas para exigir seus direitos, pois no Iraque se morre nas mãos de partidos que têm nos saqueado durante os últimos 15 anos”, declarou um manifestan-

te identificado como Ali. “Em Basra, vemos diariamente como a riqueza flui nos campos petrolíferos, a menos de um quilômetro de um restaurante, e logo vemos a pobreza e o desemprego, enquanto as multinacionais contratam milhares de estrangeiros. Se não salvarmos o país, ele afundará”, protestou.

Outro ativista, que preferiu não se identificar, informou que no começo desta semana centenas de manifestantes cercaram a sede da administração da província, que ardeu em chamas. Na tentativa de dispersar a multidão, que exigia investimentos públicos para fazer frente aos constantes cortes de eletricidade e à brutal escassez de água – agravados pelo escaldante clima desértico -, a polícia abusou da repressão e do gás lacrimogêneo.

Desde o dia 8 de julho, a província tem sido cenário freqüente de protestos contra os desmandos governamentais. Diante

da violência com que os manifestantes foram tratados e da mais completa inação, outras províncias se somaram.

No começo de julho, quando a temperatura se aproximou dos 50 graus e os apagões se multiplicaram, a água começou a sair quente da torneira – quando havia – e era tão salgada como a do mar. Então, cerca de duas de dezenas de homens foram até a entrada da companhia petroleira Esso e, levantando as mãos para denunciar a gravidade da situação, bloquearam a rodovia. A resposta do governo foi trazer dois helicópteros, três veículos blindados e suas desprezíveis “forças de segurança”. Os soldados e policiais abriram fogo contra os manifestantes e, meia hora mais tarde, um jovem estava morto e outros três homens estavam feridos. A partir de então, dezenas de milhares de pessoas têm tomado as ruas para denunciar a corrupção e o entreguismo.

Donald Trump e o chefe do Pentágono, que atende por ‘Mad Dog’ Mattis, agora alegam preocupação com a ‘catástrofe humanitária’ que ocorrerá se os terroristas de Idlib forem despachados da Síria

Após a Rússia ter desmascarado a operação de bandeira trocada “com arma química” marcada para Idlib, subitamente o presidente Trump e seu chefe do Pentágono que atende pela alcunha de Cachorro Doido pela chacina de Faluja, deram para se preocupar com a “catástrofe humanitária” que ameaça a província síria sob controle dos terroristas, se o exército sírio empreender sua libertação, como parece iminente de ocorrer.

“Centenas de milhares de pessoas morreriam”, escreveu pungido o presidente dos EUA no Twitter. Até a Rússia desencadear suas maiores manobras navais no Mediterrâneo em 25 anos, em frente ao litoral sírio, Trump andava tropeçando à Síria contra “ataques imprudentes” a Idlib, além de prometer resposta imediata “às armas químicas de Assad”. Em outras palavras, “não mexam com os terroristas”, cuja candura e humanitarismo foram recém redescobertos pela reportagem do New York Times.

O problema – sempre tem um problema – é que alguém acabou abrindo a boca demais, no caso o próprio enviado especial de Trump à região, Brett McGurk, que disse que a província de Idlib “é o maior refúgio da Al Qaeda desde o 11 de Setembro, ligado diretamente a Ayman al Zawahiri”. “Isto é um grande problema”, acrescentou. A propósito, ao arrasarem até o chão Mossul e Raqqa, o Pentágono e a Casa Branca não haviam expressado quaisquer “incômodos humanitários” sobre ataques e bombardeios.

Na terça-feira, depois de semanas sem bombardeios a Idlib, a aviação russa alvejou paióis de armas dos terroristas, que tem mudado de nome sempre que o laço aperta e, de Al Qaeda e Frente Al Nusra, passaram a Tahir al Sham.

O mesmo McGurk, em uma palestra em um think tank no ano passado, havia indagado como é que a rapaziada da Al Qaeda havia ido parar lá em Idlib. “Como eles estão chegando lá? Eles não são paraquedistas ...”. Como se não tivesse sido uma operação desencadeada sob as bênçãos e armas dos EUA e o dinheiro saudita, entupindo a Síria de extremistas vindos de toda a parte para a jihad americana, cuja primeira etapa foi a destruição da Líbia pela Otan.

Apesar do que as agências de notícias insinuam, Idlib não é “a última área” fora do controle soberano da Síria, porque os EUA mantêm regiões inteiras sob sua ocupação direta ou de mercenários na folha de pagamentos de Washington, o que inclui a cidade de Raqqa e os campos de petróleo sírio. Portanto, a hora da verdade vai chegar lá também, pois o exército sírio está determinado a libertar cada centímetro do solo que considera sagrado.

Desde que foi aberto o

processo de santificação de John McCain, parece que virou moda em Washington e em Langley reivindicar uma auréola dourada também. O mais recente deles, o secretário de Estado Mike Pompeo, deixou de lado sua fama de mau e tuitou que “os 3 milhões de sírios, que já tinham sido forçados de seus lares e agora estão em #Idlib, sofrerão com essa agressão. Não é bom. O mundo está observando”.

Na semana passada, o chanceler russo Sergey Lavrov havia dito esperar que os parceiros ocidentais não fizessem uma asneira na Síria e advertido que a planejada provocação com armas químicas no “último foco remanescente dos terroristas”, Idlib, visa manter os terroristas na área e os civis como seus “escudos humanos”. Lavrov chamou a região, sob controle dos terroristas, de um “abscesso purulento” que precisa ser resolvido.

Agindo para tornar mais difícil para Washington a cumplicidade com a provocação planejada para Idlib, Moscou já apresentou provas à ONU e a Organização para a Proibição de Armas Químicas, e também ao Departamento de Estado, sobre a operação de bandeira trocada. O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, assinalou que a presença dos extremistas em Idlib estava minando o processo de paz sírio e servindo para ataques a civis, ao exército sírio e às forças russas.

TERROR REMANESCENTE

“Um grupo razoavelmente grande de terroristas se estabeleceu lá e, claro, isso leva a uma desestabilização geral da situação. Isso prejudica as tentativas de colocar a situação no caminho de um acordo político-diplomático”, apontou Peskov, acrescentando que o Kremlin estava ciente de que o exército sírio estava “se preparando para resolver esse problema”.

Ao anunciar o sucesso das operações contra os terroristas remanescentes de Idlib, o porta-voz do Ministério da Defesa russo, general Igor Konashenkov, afirmou que só foram atingidos locais distantes dos centros populacionais, e que a Rússia trabalha “em estreita cooperação com o lado turco para evitar vítimas civis”.

Na sexta-feira, cúpula entre Rússia, Irã e Turquia irá avaliar o quadro e definir os passos que se seguirão. Há a expectativa, por parte de Ancara, de que seja possível evitar um novo êxodo de refugiados em direção à Turquia. “Vamos levar este assunto a um ponto positivo com a cúpula de Teerã, que é uma continuação de Astana”, afirmou o presidente turco Recep Tayyip Erdogan. Nesta quarta-feira, o ministro sírio da Reconciliação, Ali Haidar, chamou os curdos sírios a darem as costas a Washington e a se reintegrarem plenamente à nação síria.

ANTONIO PIMENTA



Na terça-feira (4), caças russos realizaram ataques de precisão a posições dos terroristas da Al Nusra em Idlib

Ação popular pede suspensão da fusão entre Fibria e Suzano

Tentativa de criar a JBS do eucalipto tem que ser barrada, diz ex-prefeito de Nanuque

A Fibria é uma das empresas, como a JBS, em que o BNDES (através de sua subsidiária no ramo de participações, a BNDESPar) bancou com dinheiro público, sem qualquer retorno (v. HP 02/06/2017, JBS: Temer, Lula, Meirelles, propinas e dinheiro do BNDES).

A “fusão” da empresa com a Suzano cria o que, na Bahia, está sendo chamado o Monstro do Eucalipto. Um gigantesco monopólio na área da celulose, exatamente como o governo Lula criou um monopólio na carne bovina – que depois se estendeu, como um câncer, para outras áreas – chamado JBS.

O artigo que aqui publicamos foi publicado no site OPOVONEWS.

C.L.

A fusão entre as empresas do setor de celulose Fibria e Suzano enfrenta mais um obstáculo para ser aprovada. Nesta segunda-feira (3 de setembro), foi protocolada na Justiça Federal uma ação popular com pedido de tutela de urgência em caráter liminar contra as duas empresas e também contra a União. A ação requer, entre outros pontos, a suspensão dos efeitos do contrato de fusão firmado entre a Fibria e a Suzano e a indisponibilidade de bens das demandadas até o limite necessário para garantir a integral recomposição do erário público no valor da negociação. Também é pedido que o Ministério Público Federal proponha uma ação judicial para responsabilizar os representantes dos réus por prática de improbidade administrativa e crime contra o sistema financeiro, nos termos da Lei 7.492/1986.

A ação popular, assinada pelo ex-prefeito de Nanuque (MG), Teodoro Saraiva, argumenta que, por ter como acionista majoritário a BNDESPar, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Fibria é uma empresa de sociedade mista e, portanto, está sujeita às regras da Administração Pública, que incluem licitação em caso de venda, o que não foi feito, ocasionando “um prejuízo substancial aos cofres públicos”.

“Ao permitir que seu capital seja fomentado substancialmente por dinheiro público (BNDESPar), qualquer empresa ganha status de sociedade de economia mista, se sujeitando, portanto, às regras da Lei 8.666/93 (lei de licitação)”, salienta.

“Portanto, tendo a empresa pública (BNDES) capital preponderante e representativo na negociação, inviável se mostrava uma alienação direta da empresa Fibria à Suzano sem preceder ao procedimento licitatório para melhor escolha, e ainda da imprescindível participação dos órgãos de fiscalização, mormente quando se observa os impactos causados no mercado financeiro, diante da criação de um oligopólio”, afirma o documento protocolado na Justiça Federal.

O ex-prefeito de Nanuque ressalta que, “apesar de as sociedades com status de economia mista revestirem a forma das empresas particulares, são entidades que integram a Administração indireta do Estado, como instrumento de descentralização de seus serviços. Conciliam-se, deste modo, a estrutura das empresas privadas com os objetivos de interesse público. Vivem, portanto, em simbiose o empreendimento particular com o amparo estatal”.

“A possibilidade constitucional das sociedades de economia mista serem regidas por estatuto próprio tem a ressalva de que deverão ser observados os princípios da administração pública, ou seja, as regras que estruturam a Lei de Licitações devem ser aplicadas tanto à Administração pública direta quanto indireta”, alega, concluindo que, “se a licitação tem como pressuposto jurídico servir o interesse público que a Administração deve prover, insta concluir que as sociedades que detém capital público substancial se submetem, em regra, à obrigação de licitar nos termos da Lei n. 8.666/93”.

A ação popular protocolada na Justiça Federal é de número 1000237-74.2018.4.01.3313.

A fusão ou confusão pra criar a apelidada JBS da CELULOSE, virou um escândalo nacional. O MONSTRO DO EUCALIPTO pode ter sido gerado no útero do crime investigado pela OPERAÇÃO LAVA JATO.



A culpa é do defunto!

Não adianta a gangue PSDB-PT-PMDB fazer de conta que não é com eles, torcer para que um silêncio sirva de amém. São eles os culpados pelo incêndio, todos e cada um

VALÉRIO BEMFICA *

*“Tá lá o corpo / Estendido no chão
Em vez de rosto uma foto / De um gol
Em vez de reza / Uma praga de alguém
E um silêncio / Servindo de amém...”*

Em alguns momentos a pena ferina de artistas como Aldir Blanc é insubstituível para descrever a realidade. Junto a um Brasil estarecido que contempla as brasas que sobraram do Museu Nacional, um seleto grupo encontra-se “De Frente Pro Crime”. Faz cara de paisagem, finge não ter nada a ver com o fato, lamenta-se.

Chega a ser engraçado ouvi-los: “*Foi a queda de um balão!*”, brada o Sinistro da Cultura, por trás de seus bigodes a la Gomez Addams (*caçar baloeiros é função da polícia, logo é ela a culpada*). “*Foi deficiência dos bombeiros*”, grita o Magnífico Reitor (precisamos treinar melhor nossos combatentes do fogo). O Bispo-Alcaide propõe “*recompor*” o acervo, “*ainda que não seja o original*” (que tal abrir no lugar uma sucursal do Templo de Salomão, do titio?). Temer, lembrado da existência de um Museu Nacional pelo incêndio, concluiu que “*Hoje é um dia trágico para a museologia de nosso país*.” (como se trágicos, para o conjunto dos brasileiros, não tivessem sido todos os dias desde que ele se aboletou no Planalto!). O Ministério da Educação, ocupado por alguém cujo nome ignoramos, informou que “*não medirá esforços para auxiliar*” a UFRJ “*no que for necessário para a recuperação desse nosso patrimônio histórico*” (que alívio...). Finalmente, o ocupante das Laranjeiras mostrou-se desconsolado: “*Diffícil expressar tamanha perda*” (dito, talvez,



pensando em fazer uma reforminha em Bangu, para que não tenha destino semelhante: sempre é bom pensar no futuro).

Tão risíveis quanto, foram as declarações de alguns presidenciaíveis. O Geraldinho disse que o incêndio “*agride a identidade nacional*”. Na tradução: “pou-pou-me trabalho”. Não esquecendo que os terceirizados Museu da Língua Portuguesa e Liceu de Artes e Ofícios, além do Memorial da América Latina, viraram fogueira na gestão do moço. O João Ai-Que-Medo considerou que “*É muito triste ver o nosso patrimônio histórico em chamas*”. Traduzindo: “*se caísse na minha mão, eu tinha privatizado aquelas velharias*”. Consternado, o tal do Andrade declarou: “*Lamentável o descaso com o patrimônio histórico...*” Subtexto: “Tomara que esqueçam que eu fui sete anos Ministro da Educação – responsável pela UFRJ e pelo Museu Nacional – e que eles continuaram à míngua”. Já o Henriquinho do Temer declarou ser “*muito triste saber do incêndio do Museu Nacional*”. Legenda: “Por favor, não achem que isso tem alguma coisa a ver com o arrocho fiscal”. O Capitão não se manifestou, o que, convenhamos, é um

favor que faz a todos nós.

Um mar de cinismo e hipocrisia. Todos fazem de conta que não sabem que a bicentenária instituição tem para sua manutenção R\$ 520 mil anuais (R\$ 43,3 mil por mês). Até as múmias destruídas do Museu sabiam que tal valor é absolutamente irrisório, insuficiente até para remendos esporádicos. Mas nem a esmola orçamentária era cumprida: nos últimos governos nem mesmo isso pingava nos cofres do Museu. Em 2018 o Governo Federal destinou-lhe R\$ 54 mil. De certo acompanhados por uma recomendação para evitar o desperdício. Assim, nem toda a abnegação e dedicação de seus técnicos e funcionários resolve. Todos os acima citados poderiam ter evitado a tragédia. Governo Federal, Ministérios da Educação e da Cultura, Governo Estadual, Prefeitura – todos – poderiam, ao longo dos últimos anos, ter viabilizado a recuperação do Museu Nacional. Nenhum fez nada. Não adianta esconderem-se atrás de desculpas como atribuição de outros entes federados, falta de parcerias com a iniciativa privada, licitações não concluídas, licenças não- obtidas, contingenciamentos orçamentários. Deixaram a história do Brasil arder, um pouco por incompetência, muito por roubo dos recursos

públicos, mas, principalmente, por descaso com o patrimônio nacional.

A questão principal é a ideológica. Aqueles que ocuparam os principais cargos da República nos últimos anos têm um profundo desprezo por tudo o que é Nacional. O Museu pecava por trazer a palavra Nacional no nome. Que interesse têm Temer e seus sequazes, Dilma, Lula e corriola, Cabral, Pezão, Paes, Crivella, Alckmin e todo o resto da quadrilha em defender qualquer coisa que seja nacional? Eles têm se dedicado a destruir a Nação, seja no plano material, seja no plano simbólico. Entregam nossas riquezas – o pré-sal, a Amazônia, as estatais, as estradas, os aeroportos, os minérios e tudo o mais que con-seguirem – ao capital internacional sem a menor vergonha. Declaram aos quatro ventos que o Nacional cheira a mofo, que os ventos internacionais é que são modernos, tudo isso com o aplauso da imprensa pseudo brasileira.

O Museu Nacional guardava em seu acervo nossa história política, exemplos de nossa pré-história, de nossa fauna, de nossa flora, elementos importantes de nossa antropologia, de nossa arqueologia. Vinte milhões de itens em seu acervo! Mas esta turma não quer saber dos elementos que constituíram a

nossa independência. Está pouco se lixando para Luzia, nossa antepassada primeira. Não dão a menor bola para os primórdios da República, os documentos da Era Vargas, para os exemplares da nossa biodiversidade, para a busca do nascente Brasil por suas relações com o resto da humanidade. Porque tudo o que cheira a Nação lhes dá ojeriza. O que realmente querem é vender tudo o que puderem, queimar o resto, esquecer que um dia fomos Nação – e mudar-se para Miami. Museus o primeiro mundo já tem...

No fundo, sentem-se aliviados com o que aconteceu. Não gostam do Brasil, não veem sentido na existência de um Museu Nacional. Para eles, a culpa é do defunto: Quem mandou ter Nacional no nome? Mas não adianta a gangue PSDB-PT-PMDB fazer de conta que não é com eles, torcer para que um silêncio sirva de amém. São eles os culpados pelo incêndio, todos e cada um. O Museu Nacional, assim como a Nação Brasileira, não será destruído. Foi construído pelo esforço do Povo Brasileiro e será por ele reconstruído. Já o projeto neoliberal que eles representam não há de sobreviver às próximas eleições.

• *Presidente do CPC -UMES*

